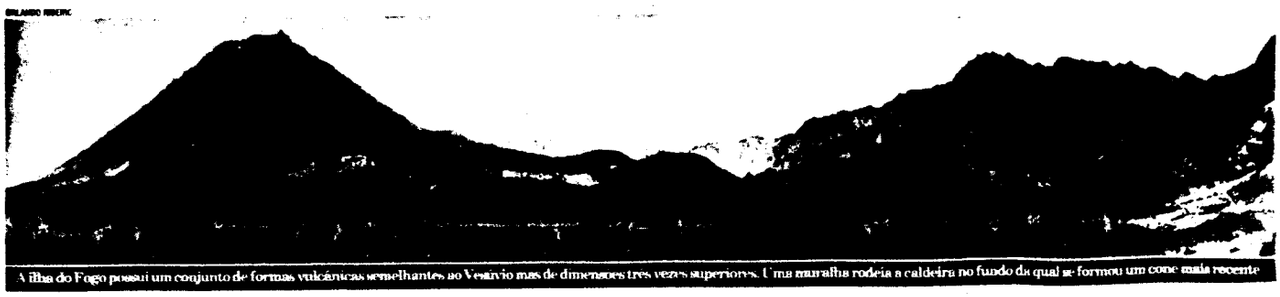
Notícias Africanas

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL

Nº 102
10 A 16.4.95

Ilha do Fogo sob controle



A ilha do Fogo possui um conjunto de formas vulcânicas semelhantes ao Vesúvio mas de dimensões três vezes superiores. Uma muralha rodeia a caldeira no fundo da qual se formou um cone mais recente

O ministro de Estado e da Defesa de Cabo Verde torna público aos bolsistas no Brasil as medidas que vêm sendo tomadas para enfrentar a calamidade provocada pela erupção do vulcão da Ilha do Fogo e que resumidamente **Notícias Africanas** publica a seguir:

1) Desde as primeiras horas da erupção do vulcão do Fogo, vêm sendo tomadas, pelas autoridades locais e pelo governo, medidas de emergência face à catástrofe natural ocorrida. Essas medidas incluem:

– a evacuação, que se pretende completa e definitiva, da população de Chã das Caldeiras, onde decorre a erupção, bem como a deslocação preventiva das populações de outras localidades eventualmente expostas ao escorrimento das lavas;

– a montagem de um sistema de prevenção e alerta, através de comunicações em UHF, dentro da ilha e entre ela e o resto do país, operado pelas Forças Armadas e distribuído, através de postos móveis, por locais considerados adequados para observação da evolução da atividade do vulcão e das necessidades de deslocação e segurança das populações afetadas ou suscetíveis de o serem;

– o envio de medicamentos e materiais sanitários para reforço dos estoques da ilha, em conformidade com as necessidades apresentadas pelo delegado de saúde;

– a remessa de 215 tendas, com capacidade para albergar 2.580 pessoas;

– a instalação, com o material de campanha remetido e com espaços disponibilizados em edifícios escolares e em instalações privadas, cedidas designadamente pelas instituições religiosas, de centros de acolhimento para 5.600 pessoas destribuídos por S. Fillipe, Patim, Achada Furna e Mosteiros;

– o envio de gêneros alimentícios de primeira necessidade para reforço do estoque de segurança da ilha, designadamente no concelho dos Mosteiros.

2) O abastecimento de água e energia, as comunicações, a circulação rodoviária, os serviços de saúde e os demais serviços públicos, fora da zona de Chã das Caldeiras, bem com os portos e o aeroporto da Ilha do Fogo funcionam normalmente.

3) Têm-se verificado manifestações várias de solidariedade para com a população de Fogo, traduzidas em ajuda humanitária, financeira e em espécie, da parte de instituições públicas, organizações não-governamentais e cidadãos, em todo o país e na diáspora. Vários parceiros internacionais manifestaram, também, disponibilidade para fornecer a Cabo Verde ajuda humanitária de emergência. Delegações das missões diplomáticas acreditadas em Cabo Verde visitaram já a Ilha do Fogo.

4) O governo recomenda que toda a ajuda humanitária às populações do Fogo, institucional ou particular, seja canalizada através da Cruz Vermelha de Cabo Verde ou do Estado Maior das Forças Armadas ou dos Comandos das Regiões Militares.

5) Para coordenar a recepção e redistribuição da ajuda humanitária institucional, nacional e internacional à Ilha do Fogo e cooperar no terreno, em diálogo permanente, com as autoridades municipais no acolhimento, alojamento, alimentação e apoio das populações deslocadas, o governo designou o major na reserva Renato Lopes Rodrigues, o qual foi colocado na ilha como representante do ministro de Estado e da Defesa Nacional.

6) Feita a avaliação da situação e considerando, por um lado, a continuidade da erupção e, por outro lado, a dimensão dos prejuízos materiais que já causou e do movimento migratório que provocou (calculado em cerca de 5.600 pessoas), bem como a necessidade de reinstalar, definitivamente, noutro local, a população de Chã das Caldeiras (estimada em cerca de duas mil pessoas) e de prevenir novas situações de erupção vulcânica, o governo solicitou já ajuda complementar de emergência à comunidade internacional, através dos seus representantes acreditados em Cabo Verde e das missões diplomáticas do país no exterior.

Presidente Savimbi recebe enviado do Secretário-Geral da ONU

■ O VIII Congresso da UNITA foi um acto muito positivo para a consolidação do processo de paz — disse Blondin Beye

TERRA ANGOLANA, março/95

BAILUNDO (Por Lourenço Bento e Dénis Kawindima) — O Representante Especial do Secretário-Geral da ONU, depois de ter estado, nesta cidade, pouco depois do Congresso, volta aqui, agora, na segunda quinzena de Março, a acompanhar o Secretário-Geral Adjunto, Ismat Kitina, portador de uma mensagem, para o Presidente da UNITA, de Boutros Ghali.

Durante a referida primeira deslocação, foi recebido pelo Presidente Dr. Savimbi, que estava com o secretário-geral, Lukamba Paulo Gato; Alcides Sakala Simões, secretário das Relações Exteriores; o embaixador Abel Chivukuvuku; os generais Ben-Ben, Bock e Smart Chata; Isaías Samakuva, chefe da delegação à Comissão Conjunta e do Dr. Jorge Valentim, director de Gabinete de Acompanhamento de Aplicação do Protocolo de Lusaka.

No final da audiência, que durou cerca de quatro horas, Beye, que agradeceu a recepção que lhe foi reservada, disse que tinha mantido «discussões muito úteis e frutuosas», fez saber os passos a dar, a curto prazo, no plano militar, «na aplicação das decisões de Waku Kungo», no que diz respeito ao desengajamento das tropas, nomeadamente no Uíje, onde o processo registou um certo atraso, devido às movimentações belicistas das forças governamentais ao investir contra posições sob o controlo das forças da UNITA.

Entretanto, a despeito de toda essa situação que tem minado o clima de confiança indispensável para o êxito do processo de paz, as forças armadas da UNITA cumpriram o seu desengajamento no Huambo e Uíje, estando localizadas nas áreas acordadas pelas partes na reunião das chefias militares de Waku Kungo.

Do ponto de vista político, Beye revelou que as preocupações expressas tinham registado avanços significativos e prometeu anunciar medidas concretas num futuro próximo.

Instado a pronunciar-se sobre o VIII Congresso da UNITA, que aprovara todos os planos de paz para Angola, saudou a Resolução 976 do Conselho de Segurança, a favor da instituição da UNAVEM-III e do envio dos «capacetes azuis», Beye considerou a instância suprema da UNITA como tendo sido «um acto muito positivo para a consolidação do processo de Lusaka».

Perante a insistência de jornalistas, em questões humanitárias, reafirmou «as regras de não-discriminação, que nortearam as Agências das Nações Unidas na distribuição de donativos às populações carenciadas» ao contrário das organizações não-governamentais, que, de acordo com o diplomata maliano, «têm as suas especificidades e preferências». Para o medianeiro, contudo, «não é do interesse da comunidade internacional marginalizar Angola no que se refere à assistência humanitária». Na sua opinião, «a guerra que foi muito longa, cujas consequências permanecerão por algum tempo, faz com que não seja tão cedo que os camponeses alcançarão a sua auto-suficiência alimentar».

«É necessário que a ajuda prossiga e seja intensificada», disse. A concluir, revelou existir um vasto programa da ONU, na sequência de uma missão de avaliação, que fixa em 233 milhões de dólares o montante solicitado da comunidade internacional para se dar resposta aos problemas humanitários dos Angolanos.

O Secretário-Geral Adjunto da ONU, Ismat Kitani, visitou Bailundo no dia 19 de Março, portador de uma mensagem de Boutros Ghali ao Presidente da UNITA, Dr. Jonas Malheiro Savimbi.

O emissário de Boutros Ghali, que se fez acompanhar pelo representante especial do secretário-geral em Angola, Alioune Blondin Beye, e pelo comandante militar da UNAVEM II, major-general Chris Abutu Garuba, conferenciou com o Líder da UNITA, durante mais de três horas, sobre questões ligadas ao desdobramento da força de manutenção da paz em Angola, antes da reunião do Conselho de Segurança que decidiria a vinda ou não dos «capacetes azuis».

Ao falar à imprensa local, logo após o encontro, Ismat Kitani disse que a vinda dos «capacetes azuis» a Angola dependeria das consultas tanto com Luanda como com a UNITA.

«Vou regressar, a Nova Iorque, para apresentar o meu relatório ao secretário-geral sobre as condições no terreno, mais concretamente no que diz respeito ao desdobramento dos "capacetes azuis" em Angola. O resto dependerá do relatório e das recomendações que o secretário-geral irá apresentar ao Conselho de Segurança», disse.

Por seu turno, Beye afirma estar confiante no bom andamento do processo, apesar de algumas dificuldades registadas até ao momento.

«Há sempre dificuldades», disse, para acrescentar que foram registados progressos significativos na implementação do processo de paz que devem ser consolidados. «O essencial é a vontade de ultrapassar estas dificuldades», declarou.

Entretanto, o comandante da UNAVEM-II, general Chris Garuba, revelou que o processo de desengajamento das tropas está agora em bom ritmo, com a excepção da região da Bela Vista. Por isso mesmo, pretende efectuar visitas de constatação àquela área para ver «in loco» o que se passa realmente.

Sabe-se, porém, que forças de Luanda tinham estado, nos últimos tempos, a reocupar posições evacuadas anteriormente, em flagrante violação do acordado em Waku Kungo.

Segundo aquele oficial, não existiam planos de um terceiro encontro das chefias militares, para evitar que tais reuniões se «transformem em outras negociações». «Estamos agora na fase da implementação. Estamos felizes que a UNITA adoptou uma atitude muito positiva. Acreditamos que existe uma vontade e um bom espírito que permitirá o bom andamento do processo», frisou.

Reiterado apoio americano ao Processo de Paz Angolano

■ Direcção da UNITA recebe enviado especial do Presidente Clinton e o embaixador Edmond Djarnette.

TERRA ANGOLANA, março/95

BAILUNDO (Por Dénis Kawindima e Lourenço Bento) — Os Estados Unidos da América tudo farão para que a paz seja uma realidade em Angola, bem como a criação de instituições democráticas e a defesa de direitos humanos no país.

Falando ao «TA», no fim de um encontro de mais de duas horas, com o Presidente da UNITA, no Bailundo, o enviado especial do Presidente norte-americano, Paul Hare, apelou às partes angolanas para trabalharem de maneira positiva, para o sucesso do processo de Paz.

Paul Hare, que descreveu as conversações com a Direcção da UNITA, de «bastante úteis e importantes», assegurou que o seu país não poupará esforços tendentes a alcançar a paz duradoura e a reconciliação em Angola, através das Nações Unidas.

«Como sabem, nós contribuímos com mais de trinta por cento de todas as operações de manutenção da paz e estamos a falar aqui de um orçamento de mais de um milhão de dólares por dia. Politicamente, sendo um dos países observadores no processo de paz, temos um papel bastante importante a desempenhar para que as previsões do Protocolo de Lusaka sejam efectivamente implementadas» — salientou.

Aquele diplomata americano sublinhou, ainda, que o Presidente Savimbi tem um papel preponderante a desempenhar na vida política de Angola. «O Dr. Savimbi é a figura principal e o Protocolo de Lusaka envolve o compromisso e empenhamento das duas partes, nomeadamente o Governo e a UNITA. Por isso mesmo, o seu papel é extremamente importante como, aliás, vimos durante o recentemente concluído Congresso da UNITA, realizado aqui no Bailundo. Por isso, eu acho que tanto o Presidente dos Santos, como o Presidente Savimbi, têm uma responsabilidade especial de trazer a paz a este país, e eu estou convencido que eles são capazes de o fazer», acrescentou o enviado especial do Presidente Bill Clinton.

Sobre o papel dos Estados Unidos no socorro de milhares de Angolanos carentes de assistência humanitária, Paul Hare disse que o seu país defende uma política de apoio a todas as populações, sem qualquer discriminação política. «Gostaria de recordar que Maitre Beye e eu fomos à Jamba, como exemplo do nosso empenho para que haja isenção na distribuição de assistência humanitária às populações carentes. É meu desejo, porém, que na medida em que a situação se for estabelecendo, Angola não venha mais precisar de assistência humanitária» — frisou, a concluir, o diplomata americano.

Continua na pág. 3

Janela indiscreta

Maioria absoluta precisa-se

NOVO JORNAL, 28.3.95

Escrevi há tempos e aqui nestas colunas que o cenário político cabo-verdiano pós-eleições legislativas do próximo ano poderá ser de grave instabilidade parlamentar e com óbvias repercussões negativas a nível do Executivo.

Este quadro aconteceria no caso muito provável de nenhum partido obtiver a maioria absoluta, particularmente se for o MpD o partido vencedor. Porquê? Porque muito dificilmente, com o PAICV e PCD na oposição parlamentar, o MpD conseguiria subscrever um acordo que sustentaria o seu governo ou, caso alcançasse isso, estaria constantemente ameaçado de morte, visto que qualquer daqueles dois partidos poderia, a qualquer momento, retirar-lhe o tapete debaixo dos pés, ou seja, confiscar-lhe os apoios necessários à manutenção do governo minoritário.

Isto se o MpD vencer as eleições de 1996 com uma maioria relativa. Porque diversa será a situação se o PAICV ganhar, pois, tem probabilidades maiores de obter um acordo mais seguro, de maior consistência e, por isso, também mais duradoiro com o PCD. Quero dizer que se o partido da estrela negra for o vencedor das próximas eleições e se esta vitória não for por maioria absoluta dos votos, tem mais chances de conseguir um acordo com o PCD, de que se for o MpD o vencedor. O partido de Carlos Veiga, se ganhar e por maioria relativa de votos, muito dificilmente obteria um acordo quer com o PAICV quer com o PCD.

Escrevi também que se houver entrada de um pequeno partido, mais o Espaço Democrático, de Onésimo Silveira, do que a UCID, muito provavelmente o MpD estaria a recato do apoio (inimaginável) de um PAICV ou do PCD.

Todavia, se o PAICV ganhar as eleições legislativas nada também está garantido de que obterá o apoio do PCD para seu governo. Tem muitas hipóteses mas não é um dado adquirido.

Num cenário com enormes probabilidades de se tornar um quadro real, em que não haverá maioria absoluta, pacto entre os partidos tem que haver. De incidência parlamentar, com ou sem incidência governamental porque o partido que for indigitado para formar o governo, para trabalhar com um mínimo de estabilidade e tranquilidade terá necessidade de apoio parlamentar que só o seu partido, em minoria na Assembleia Nacional, não pode dar. A estabilidade só pode ser dada por uma maioria. E essa maioria, no quadro de vencedor com maioria relativa, só se pode conseguir somando votos do partido vencedor aos de uma força parlamentar, expressiva ou não, dependendo da expressão do partido vencedor. Exemplificando, se tiver 34 votos terá de se juntar a um partido com o mínimo de dois deputados; se tiver 28 terá de se aliar a um partido já com maior representação.

Tendo presente o que os actuais deputados fazem no nosso Parlamento, onde as posições, em regra, são extremadas, onde o diálogo e a concertação muito raras vezes acontecem e onde não faltam "mimos" agravados, um governo apoiado por uma minoria corre o risco de ser constantemente bloqueado nas suas iniciativas legislativas, corre o risco de avançar só com aquilo que os partidos da oposição quiserem, em resumo, faz a política da oposição.

Ora, isto, para qualquer governo, é um suicídio, de modo que para evitar o cenário atrás descrito, o partido que vencer as eleições mas sem atingir a maioria absoluta de votos terá de negociar um apoio estável e duradoiro, para que o seu governo possa trabalhar sem grandes sobressaltos.

Como terá de ceder, para já no programa governativo que apresentar ao Parlamento, quando isso não implicar a entrada da outra parte para o governo, ou seja, uma coligação, de facto, a melhor saída para os partidos concorrentes é obter essa tranquilidade e a estabilidade necessárias, através das urnas.

O MpD e o PAICV, mas mais aquele do que este, vão batalhar para obter a maioria absoluta nas próximas legislativas — vão ter como meta eleitoral a maioria absoluta.

O MpD, para continuar a sua acção, o seu programa, vai precisar da maioria absoluta como de pão para a boca. Como disse, dificilmente com o PAICV e PCD fará coligação ou mesmo um mero pacto parlamentar. Daí que toda a sua estratégia aponta para a obtenção da maioria absoluta, o que dá um valor acrescentado mais à campanha eleitoral para as legislativas.

O PAICV vai também apostar na maioria absoluta porque uma governação com os ex-dissidentes pode não agradar a alguns dirigentes e também pode encontrar alguma dificuldade de gerir um bom relacionamento com certos dirigentes do PCD que foram dos seus mais encarecidos adversários, bem como com os que há bem pouco tempo foram seus militantes. Mas não deixava de ser interessante ver o PAICV e o PCD rubricarem um acordo parlamentar com incidência governativa ou fazerem mesmo uma coligação para concorrer às próximas eleições legislativas. Se o sentimento anti-MpD for muito forte nos dois partidos, se a tentação de escorraçar Carlos Veiga do governo for muito forte também, Aristides Lima e Eurico Monteiro podem coligar-se para, juntos, derrotarem MpD. Se coligarem, a hipótese de obtenção de uma maioria absoluta não pode ser descartada — é uma possibilidade que facilmente pode transformar-se em real. Assim, as próximas eleições seriam muito mais renhidas, com duas forças eleitorais em busca da maioria absoluta.

Para além do possível cenário parlamentar suscitar a procura de maioria absoluta, no campo do desenvolvimento do país, com os investidores estrangeiros a chegarem a Cabo Verde para executar projectos, a instabilidade política decorrente da inexistência de maioria estável, seria a pior coisa que poderia acontecer ao país. Quero dizer que a economia do país, o desenvolvimento de Cabo Verde exige, uma maioria absoluta. Com os partidos que temos, as tricas existentes entre eles, a maioria absoluta é uma necessidade. Os partidos políticos, nomeadamente o MpD e o PAICV, já devem ter entendido isso: governar sem sobressaltos e sem dependência aleatória de um ou outro partido, ter o Executivo preso por um frágil fio, não interessa. Daí a busca da maioria absoluta.

Fernando Moni

Continuação da pág. anterior

Reiterado apoio americano ao Processo de Paz Angolano

Entretanto, o embaixador dos Estados Unidos afirmou que o processo estava a apresentar, agora, alguns sinais positivos. Edmond Djamete falava à «Vorgan» no final do seu encontro, de mais de três horas, com o Presidente da UNITA.

Descreveu o seu encontro com o líder do Partido, como fazendo parte dos esforços do seu governo, com vista a «reforçar e ajudar o processo de Paz». Embora tenha reconhecido que o processo não tem sido totalmente fácil, com resultados positivos, admitiu que, ultimamente, ao nível da Comissão Conjunta, têm-se logrado progressos. Manifestou-se esperançoso num sucesso.

De salientar que o processo conheceu nova dinâmica com a realização das primeira e segunda reuniões das chefias militares, em que se procurou determinar as responsabilidades a serem assumidas pelos militares, principalmente no que diz respeito ao desengajamento limitado das tropas em zonas consideradas críticas. Huambo e Uije foram consideradas primeira prioridade de uma série de quatro. Nestas regiões, o *processo não tem corrido como* previsto. É que, enquanto as forças da UNITA se retiravam das suas posições, para as áreas de aquartelamento, as do governo ocupavam-nas, em violação ao preceituado. Foi *assim no Uije e na Bela* Vista.

Este estado de coisas, com implicações negativas, tem preocupado tanto a mediação como a UNITA, que começa a questionar-se sobre o empenho da outra parte na implementação do acordado. A bola está agora no campo da UNAVEM, que tem de provar a sua autoridade e imparcialidade, levando as forças de Luanda a abandonarem as áreas neutras, que ocuparam à revelia dos compromissos assumidos.

Entretanto, o que é questionável é o empenho da UNITA e da sua Direcção no esforço tendente à concretização da paz. Isso mesmo foi reconhecido pelo embaixador, de visita a esta cidade, ao afirmar que o Dr. Savimbi, na qualidade de Presidente da UNITA, joga um *papel muito importante na implementação de Lusaka. Instado* a comentar sobre a ajuda humanitária, que ainda não chega em muitas das áreas da UNITA, prometeu dias melhores às populações que enfrenam situações dramáticas do ponto de vista de saúde e alimentação. Deu a conhecer a criação de mecanismos com a missão de coordenar a assistência humanitária internacional.

Malawi ameaça repatriar refugiados

NOVO JORNAL, 1.4.95

O Governo do Malawi avisou os refugiados moçambicanos que ainda permanecem naquele país para regressarem "voluntariamente" à procedência, sob pena de "serem obrigados a fazê-lo" a partir de Setembro próximo.

A BBC de Londres, captada em Maputo, quinta-feira, citou o ministro malauiano para o auxílio e reabilitação a dizer que os 80 mil refugiados moçambicanos ainda alojados na Província de Sange, sul do país, devem deixar atempadamente o Malawi.

Segundo a mesma fonte, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) deixou já de prestar qualquer tipo de assistência aos moçambicanos refugiados no Malawi.

Uma fonte do ACNUR declarou à BBC que "não se justifica" continuar a prestar auxílio aos moçambicanos que permanecem como refugiados no Malawi "porque a guerra acabou em Moçambique".

Mais de um milhão de moçambicanos refugiou-se no Malawi durante os 16 anos de guerra civil que terminou em Outubro de 1993.

Durante a recente visita que o chefe de Estado de Moçambique, Joaquim Chissano, efectuou ao Malawi, as autoridades de Blantyre asseguraram que não forçariam os refugiados moçambicanos a regressar à procedência.

O Director do Núcleo de Apoio aos Refugiados (NAR) de Moçambique, Fernando Fazenda, disse à Agência LUSA, em Maputo, que o Malawi "ainda não notificou formalmente" as autoridades moçambicanas das suas intenções.

"Temos canais de ligação apropriados (comissão tripartida Maputo–Blantyre–ACNUR) dos quais (as autoridades malauianas) deviam fazer uso", comentou Fazenda.

O governante moçambicano referiu no entanto que "o Malawi é um Estado soberano, livre de fazer o que entender dentro das suas fronteiras, incluindo permitir ou expulsar qualquer cidadão estrangeiro".

"Não teremos outro remédio senão nos prepararmos para o que der e vier sobre os nossos concidadão", concluiu o director do NAR, Francisco Fazenda.

Fim do repatriamento de refugiados moçambicanos

NOVO JORNAL, 1.4.95

"Repatriamento termina em Julho", é o título da manchete do "Notícias", onde se afirma que o repatriamento dos mais de 1,6 milhões de moçambicanos refugiados nos países vizinhos durante os 16 anos de guerra ficará concluído em Julho.

O mesmo diário refere que o presidente Joaquim Chissano recebeu quinta-feira em Maputo um emissário especial do líder militar nigeriano, Saul Abarba, portador de uma mensagem do presidente da Nigéria para o seu homólogo de Moçambique.

"OTM: "O gato" escondido das ligações ao poder", diz o "IMPARCIAL" de Maputo, sobre as relações entre a maior central sindical de Moçambique (ligada ao partido FRELIMO, no poder) e o Executivo.

O ministro do Plano e Finanças admitiu, durante um recente encontro com agentes económicos em Maputo, que "a actual pauta aduaneira está desajustada", segundo "Mediafax".

"Governo quer dialogar com as empresas", é o título escolhido por este diário de distribuição por fax para a capa da sua edição de sexta-feira.

Imprensa angolana: Burocracia prende capacetes azuis

"Burocracia prende capacetes azuis", é a manchete da edição de sexta-feira do "Jornal de Angola", numa referência à companhia portuguesa de transmissões que viu retardada a vinda para Angola, por decisão da ONU.

"Os soldados portugueses da companhia de transmissões, preparados para vir para Angola, regressaram às cabinas por ordem das Nações Unidas", escreve o "JA".

A manchete, que ocupa mais de metade da primeira página, é ilustrada com uma foto de arquivo de soldados portugueses, e refere que "diz-se que Boutros Ghali não tem pressa de vê-los cá".

Segundo o matutino angolano, Boutros Ghali "lá terá as suas razões", mas "sem os homens de Portugal, Blondin Beye vai continuar sem as tão propaladas comunicações triangulares e tudo continuará complicado".

A cerimónia de atribuição da patente de comissário geral ao novo comandante geral da polícia, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó", é também notícia de primeira página nesta edição do matutino angolano.

DESTAQUE

Luís Miguel Viana

Depois de um dia sob fumos e cinzas e com a lava a escorrer de sete cones em Chã das Caldeiras, a população da Ilha do Fogo, no Sudoeste de Cabo Verde, viu ontem a actividade vulcânica aumentar com a chegada da noite. Um geólogo do "gabinete de crise" que o Governo cabo-verdiano instalou na Ilha do Fogo divulgava a previsão de que o vulcão continuará em actividade durante os próximos dias.

Sem provocar vítimas, mas obrigando à fuga das populações, o vulcão do Pico volta a dar que falar 44 anos após a sua última erupção. Como ontem dizia Júlio Correia, deputado pela Ilha do Fogo, "não é uma situação de pânico geral, mas é de alguma aflição".

FOTOGRAFIAS DE ORLANDO RIBEIRO TIRADAS DURANTE A ERUPÇÃO DE 1951/CEDIDAS PELO CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS DA FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA

Fogo na Ilha do Fogo

PÚBLICO, 4.4.95

No princípio, foi um tremor de terra. A Ilha do Fogo, no Sudoeste do arquipélago de Cabo Verde, foi bruscamente sacudida às 20h15 (25h15 em Lisboa) de domingo por um sismo com a magnitude de grau 5 na Escala de Richter. Foi um abalo "forte, mas coisa de segundos", explicaram ontem os trabalhadores do aeródromo da segunda cidade da ilha, Mosteiros. Na Ilha Brava, apenas 11 milhas náuticas (cerca de 20 quilómetros) a ocidente, as pessoas não sentiram nada. Mesmo no Fogo, só passadas três horas é que se compreendeu o que o abalo forte e curto da hora de jantar anunciava.

Por volta das 23h30 (hora de Cabo Verde), na Ilha do Fogo, o vulcão do Pico entrava em actividade. Quarenta e quatro anos após a sua última erupção, entre quatro a seis fumarolas iluminaram a noite, tornando visível em toda a ilha um enorme clarão vermelho. Primeiro emitiram fumos, começando a formar uma espessa nuvem enegrecida que se adensou ao longo de todo o dia de ontem a uma altitude 2500 metros, às primeiras horas da manhã, elevando-se a 5 mil metros ao final da tarde.

Depois, "por volta das cinco da manhã", conta Jaime Rodrigues, jornalista da Cabopress, "sobre algumas localidades situadas perto de Chã das Caldeiras mas fora do perímetro da cratera [ver texto ao lado], começou a cair uma intensa chuva de areia preta e fina". Entretanto, o magma subia do interior da crusta terrestre e a lava começava a transbordar, não da parte cimeira do edifício eruptivo, do "vulcão", mas de alguns dos "cones adventícios" dispersos pela enorme caldeira de nove quilómetros de diâmetro situada na base do Monte Lisa da Fonte, a 2700 metros de altitude.

Apenas seis feridos

No sopé do vulcão, nos terrenos baixos e planos conhecidos por Chã das Caldeiras, o pânico instalou-se imediatamente nas pequenas povoações. Da Portela, da Bengueira, das casas junto aos terrenos férteis da Bordeira, a maior parte dos cerca de 1300 habitantes iniciaram a fuga bem cedo. Apesar de não ser conhecido nenhum caso de problemas de saúde directamente causados pela erupção, cinco pessoas ficaram feridas e uma mulher partiu uma perna na agitação da debandada.

Com a estrada principal e os melhores caminhos impedidos, as pessoas fugiram a pé em direcção a Monte Velha e a Matim, para depois seguirem para Campanas de Cima e Mosteiros, na parte norte da ilha. Logo pela madrugada, a congregação católica das Irmãs Reparadoras, em Mosteiros, começou a receber refugiados das áreas na cintura do vulcão, sobretudo crianças e idosos.

Por toda a ilha, os clarões iam sendo cada vez mais luminosos. Segundo a descrição do comandante Pedro Pires, ex-primeiro-ministro de Cabo Verde, a erupção era visível de Santa Catarina, a área alta da Ilha de Santiago. "O local fica bastante próximo da antiga cratera, da cratera de 1951. Talvez a erupção seja menos forte do que a dessa altura. Lembro-me bastante bem do que então aconteceu: houve tremores de terra bastante fortes durante o dia, que abalaram quase toda a Ilha do Fogo. Desta vez, não."

Desde cedo, foi constituído um gabinete de crise, chefiado pelo ministro da Defesa Nacional, Ulpio Fernandes, que seguiu da Cidade da Praia, a capital do país, para a Ilha do Fogo. Logo pela manhã, Ulpio Fernandes e o ministro das Infra-estruturas e Transportes, Teófilo Figueiredo, sobrevoaram Chã das Caldeiras e os cones em actividade para avaliar a gravidade da situação.

Nessa altura, Dário Reis, presidente da Cruz Vermelha de Cabo Verde, informava que já estavam "a mobilizar todos os carros disponíveis para chegarem às povoações que ficam mesmo dentro da cratera, em Chã das Caldeiras". E estranhava que a temperatura estivesse tão "estranhamente fresca, porque seria de esperar que fosse elevada".

Convencer as pessoas a fugir

Logo depois da meia-noite, Eugénio Veiga, presidente da Câmara de S. Filipe, a cidade mais importante da ilha, dirigiu-se para Chã das Caldeiras. Enquanto na sede da autarquia se preparava a logística para evacuar as pessoas da zona perigosa, Eugénio Veiga orientava as operações junto aos cones em erupção. Contra toda a expectativa, a sua principal dificuldade era convencer alguns residentes a fugirem, a colocarem-se a salvo abandonando as suas casas.

"Houve muitas pessoas relutantes, não queriam sair", explicou Ubaldo Lopes, presidente substituto da Câmara de S. Filipe. "Mas, a meio da tarde, já estavam convencidos a abandonar a zona." Segundo Pedro Pires, ao princípio da manhã, "o presidente da Câmara estava nessa área mas não pôde penetrar em Chã das Caldeiras por causa do calor. A notícia foi confirmada com quem falei em São Filipe".

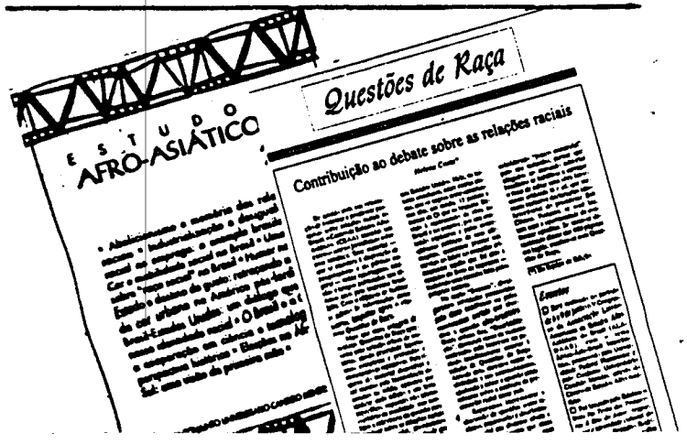
A partir das três horas da manhã, registou-se uma intensificação das actividades vulcânicas. Com o nascer do dia, a espiral de fumos, as pedras lançadas a mais de quinhentos metros de altura e a torrente de lava abrandaram. Mas foi sol de pouco dura: a partir do meio da tarde, a actividade vulcânica voltou a crescer, fazendo subir a temperatura — que, até então, se mantivera em níveis aceitáveis.

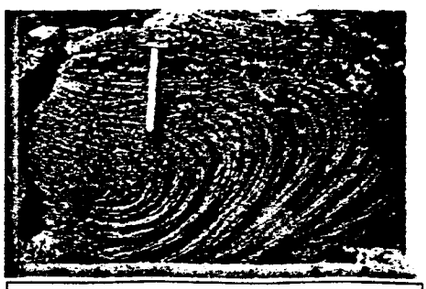
Por essa altura, a agência Lusa noticiava que um número indeterminado de crianças e pessoas idosas ainda estava retido em Chã das Caldeiras. Citando residentes na Ilha do Fogo, a Lusa informava que quem se encontrava perto das erupções começava já a sofrer de sede e de fome, e que, ao longo das estradas, as pessoas permaneciam sentadas à espera que as levassem para locais seguros em Mosteiros e São Filipe. "Essa situação podia ter-se verificado até há poucas horas, mas agora já está tudo sob controlo", declararia ao PÚBLICO Ubaldo Lopes às 17h00 de Cabo Verde.

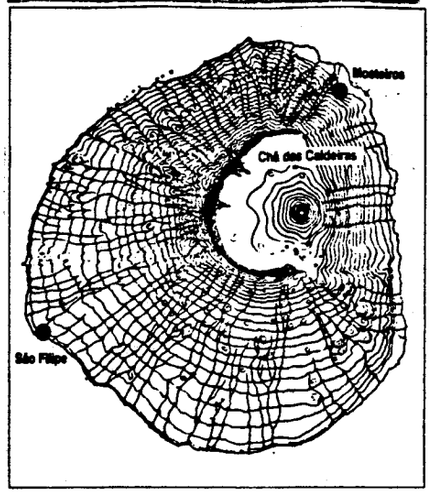
Mar de lava

Até à hora de fecho desta edição, ainda nenhuma povoação havia sido atingida pela lava. Apenas a área agrícola da Bordeira, situada bem no meio da antiga cratera, estava em grave risco de ser submergida por um mar de lava. Entretanto, o escritor cabo-verdiano Teixeira de Sousa dava conta à Lusa da sua convicção de que a actividade do vulcão se prolongaria por muitos dias — e sustentava essa previsão lembrando a erupção de 1951, que se prolongou durante quase um mês.

Nessa altura a povoação de Cova Matinho ficou coberta pela lava. Tratava-se, segundo Teixeira de Sousa, de "um vale bastante verdejante, com muitas árvores de fruto", do qual "as populações só conseguiram escapar porque a lava corria muito devagar". É necessário recordar que, há 44 anos, a surpresa foi muito maior do que a de anteontem, pois era, então, certeza generalizada que o vulcão se tinha extinguido após a anterior erupção, em 1845. Dessa vez, a actividade vulcânica foi precedida por um prolongado tremor de terra, que atingiu grande intensidade. E, quando nove "bocarras" começaram a jorrar lava, os fumos e as cinzas não só cobriram a Ilha do Fogo, como a Ilha Brava e a de Santiago. ●







44 anos depois de Orlando Ribeiro

Uma missão para o vulcão

PÚBLICO, 4.4.95

ANTONIO SERRALHEIRO, um investigador do Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências de Lisboa, que deverá seguir para Cabo Verde na próxima quinta-feira, diz que só um adivinho poderá saber o que se vai passar com a erupção da Ilha do Fogo. "É absolutamente impossível prever o que vai acontecer nos próximos dias. Pode parar já ou pode parar só daqui a um ano ou dois anos. Ninguém sabe. E se alguém souber é um adivinho."

A impossibilidade de prever a futura actividade do vulcão da Ilha do Fogo deve-se à inexistência de métodos científicos credíveis. "Com a instrumentação que existe actualmente, mas que ainda não está disponível em Cabo Verde, a única coisa que se pode fazer é prever o dia da erupção mas nunca a sua duração. É tra-ta-se de uma instrumentação muito cara que exige especialistas que a saibam ler". Um conjunto de sismógrafos consegue registar os sismos que antecedem a erupção — "aquilo que se chama um 'tremor vulcânico'" —, permitindo distingui-los da actividade tectónica vulgar.

Os ecos dos "tremores vulcânicos" da erupção de 1857, que antecedeu em um século a penúltima, de 1951, ainda os conseguiu recolher Orlando Ribeiro, que a descreve no seu livro "A Ilha do Fogo e as suas Erupções" (edição da Junta de Investigações do Ultramar, 1964): "Um homem de meia idade deu-nos notícias dela, que colhera da mãe, ao tempo com 11 anos, na Relva, onde morava. De noite, estavam em casa, sentiram um tremor de terra, seguido de grande estrondo; saíram para a rua, gritando que rebentara o vulcão. Então o pai e os filhos mais velhos começaram a pôr cruzes de pau à roda da casa, para que a lava se desviasse, segundo era tradição. Correu lava durante uma semana, só no segundo dia chegou ao pé da casa; a corrente chamada "Queimada Nova" é desta época. Sempre devagar, dava tempo a que todos fugissem e assim não houvesse vítimas".

O investigador da Faculdade de Ciências explica, porém, que a intensidade dos sismos não permite tirar conclusões sobre a duração e violência da actividade vulcânica. "Existe, mas é o inverso. A erupção é que origina o sismo. O sismo antecede a erupção, porque na sua ascensão a lava — o magma, como é mais correcto dizer — vai provocando fracturações no interior da crosta que são os sismos".

O vulcão é uma abertura na crosta terrestre, através da qual são expelidos gases e rochas no estado sólido e líquido. Uma chaminé que desce até às bolsas de magma, o nome que se dá à lava antes desta atingir a superfície.

O vulcão pode-se também caracterizar através do tipo de erupção que provoca, "mais explosiva ou mais efusiva", como explica o geólogo Celestino Silva, um investigador do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), que deverá seguir amanhã para Cabo Verde, para integrar a missão científica que vai estudar a erupção.

As erupções explosivas dão origem a materiais piroclásticos, enquanto as erupções efusivas produzem "mantos" ou "escoados". "Os materiais piroclásticos são fragmentos de lava que se solidificam ao caírem. Cada elemento, chama-se um piroclasta, mas no conjunto formam uma rocha, chamada 'material piroclástico'. A erupção efusiva dá origem a rios de lava, antes de se consolidarem em mantos ou escoados. É esse tipo de formação geológica que temos estudado", diz Celestino Silva.

O que provoca a actividade explosiva dos vulcões são os gases que se encontram dissolvidos no seu magma. "O magma que vem do interior da Terra está cheio de gases dissolvidos. Esses gases são, sobretudo, vapor de água e dióxido de carbono. Na ascensão dos magmas, ao diminuir a pressão, os gases separam-se do magma onde estão dissolvidos, vão formando bolhas cada vez maiores, juntam-se e a sua libertação repentina provoca a explosão", explica António Serralheiro. O investigador diz que o fenómeno é semelhante ao que assistimos todos os dias quando abrimos uma garrafa de água gasosa: "Só passado um bocado depois da abertura é que se passa a ver as bolhas de gás. Dá-se a descompressão e o gás começa a juntar-se em bolhas cada vez maiores."

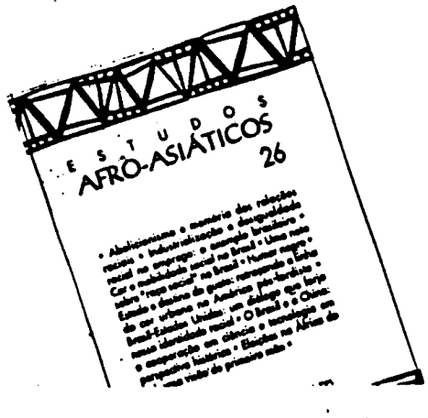
Para António Serralheiro, a actividade vulcânica de Cabo Verde é uma mistura de explosiva e efusiva. "É uma actividade normal das rochas basálticas, porque há outras rochas que são muito mais violentas porque contêm mais gases. Mas evidentemente que isso não quer dizer que não tenha uma certa violência. Normalmente, costuma-se dizer que é mais explosiva quando saem mais gases. Depois, quando os gases em grande parte já saíram, na fase efusiva, o magma vai saindo calmamente".

A equipa que partirá para Cabo Verde nos próximos dias é composta por geólogos e geógrafos da Faculdade de Ciências de Lisboa e do IICT. "Temos profundo conhecimento da geologia e vulcanologia das ilhas de Cabo Verde, por termos vindo a trabalhar de forma regular e continuada em petrologia e cartografia geológica, bem como climatologia e geografia humana. Faremos a recolha de imagens e a caracterização da actividade vulcânica no aspecto magmático e piroclástico e a sua colheita para estudo posterior em laboratório", explica Réfega Tavares, do IICT, que ontem se atrefava a organizar a missão. "Os dados estarão à disposição de Cabo Verde", à imagem da estreita colaboração que, neste momento, se materializa na elaboração de um atlas das ilhas.

O que todos esperam é que a erupção dure o tempo suficiente para a poderem estudar. A de 1951 durou dois meses, como conta Orlando Ribeiro no relato que fez dessa missão, iniciada em Lisboa três dias depois de ter recebido a notícia da erupção:

"A última imagem do vulcão tivemo-la na noite de 15 para 16 [de Julho], quando avistámos claramente do mar a coluna de fogo. Depois, a erupção declinou. Nas povoações mais próximas ouviram-se apenas murmúrios e, de longe em longe, alguma explosão. Correram ainda para o interior da Chã, do lado de Cova Tina, lavas pastosas nos primeiros dias de Agosto. Como não foi possível encarregar ninguém de observar o declínio da actividade vulcânica, por esta ter decorrido num lugar alto e despovoado, não podemos dizer ao certo em que data ela terminou: aquela emissão de lavas foi sem dúvida a sua derradeira manifestação importante. No dia 21 de Agosto, segundo o administrador Luís da Silva Rendall, ainda se ouvia de longe em longe forte estampido, subindo pedras a pouca altura por uma única cratera; a 12 e a 16, sentiram-se tremores de terra de pequena intensidade. A erupção teria durado assim pouco mais de dois meses — mais tempo que qualquer das últimas que há notícia." ■

Isabel Salavisa



Notícias Africanas

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL

Nº 87
12 a 18.12.1994

As erupções do Fogo e a vida da ilha

PÚBLICO, 4.4.95

OS NOMES das ilhas atlânticas descobertas pelos portugueses ou foram tirados do santo do dia em que se supõe ter-se dado o achamento, ou de alguma particularidade importante do seu aspecto ou exploração económica. Assim, a ilha do Fogo só trocou por este nome a primitiva designação de S. Filipe, que ainda conserva a sua capital, quando, no século XVII, uma série de erupções revelou aos habitantes atemorizados a verdadeira natureza das suas estranhas formas. Por essa altura, parece que as principais famílias se refugiaram na Brava, datando daí o incremento que teve a exploração agrícola desta pequena ilha e a importância que veio a desempenhar no conjunto do grupo de Sotavento. Diz-se que as plantações do Fogo foram abandonadas, entrando a ilha em declínio, mantido por largo tempo. Só a pouco e pouco os povoadores se foram acostumando ao convívio do "vulcão", voltando a agricultura a desempenhar principal papel na subsistência da população e no comércio de exportação da ilha.

Há notícia de umas dez erupções, contando com a de 1951; a penúltima ocorrera em 1857, tendo-se registado mais sete nos cem anos anteriores; como, por quase um século, se não produzisse nenhuma nova emissão de lavas, o vulcão do Fogo considerou-se como extinto, e assim foi apresentado em vários livros escolares ou de divulgação. Nas páginas deste mesmo "Boletim" um sugestivo artigo do administrador Luís da Silva Rendall opunha a esta maneira de ver a prudente reserva que os factos em breve se encarregaram de justificar.

Não parece que as manifestações eruptivas obedeçam a qualquer periodicidade; no mesmo aparelho elas manifestam-se esporadicamente, com intervalos muito variáveis entre uma e outra. No Fogo, por exemplo, de 1769 a 1857 houve oito erupções, com intervalos de 5 a 29 anos, seguidos duma acalmia que durou 94 anos; é impossível prever se se vai entrar num novo período de erupções frequentes, com curtos intervalos, ou se vai seguir se, outra vez, um largo lapso de tranquilidade.

Em todo o caso, o estudo da última erupção e o que se sabe das anteriores permitem esboçar as relações da actividade vulcânica com a vida da ilha, os transtornos que ela causa à sua economia e os perigos que porventura representa para a população.

A erupção de Junho de 1951 surgiu bruscamente, com a abertura violenta de duas fendas na Chã das Caldeiras, ao norte e ao sul do cone principal. Uma coluna de fumo saindo da abertura do lado sul elevou-se a alguns quilómetros de altura, ao mesmo tempo que abalos sísmicos de certa violência derruíram casas na parte norte da ilha, causando desmoronamentos na escarpa sobranceira aos Mosteiros, que alarmaram a população deste lugar. Sobre a parte ocidental da ilha caía uma chuva de cinza grossa que, nas ruas e telhados de S. Filipe, alcançou alguns centímetros de espessura. Tratava-se de lava pulverizada pela explosão violenta que marcou o início da erupção; o material mais fino, impelido pelos ventos, caiu na ilha Brava, e as partículas de menores dimensões, arrastadas pelo fluxo geral das altas camadas da atmosfera e descaindo lentamente, provocaram ainda um nevoeiro nas Caraíbas.

O derrame de lavas pela fenda do lado norte foi pequeno e durou apenas três dias, esgotando-se rapidamente a bolsa que alimentava estas bocas; do lado sul, pelo contrário, foi abundante e durou mais de dois meses, extinguindo-se lentamente. Dessas lavas, parte correu na Chã, outra, saindo pela abertura do lado sul, desceu a íngreme encosta em direcção ao mar, ameaçando as povoações de Estância Roque e Cova Matinho. Esta última foi a que mais sofreu, com 32 casas destruídas e os campos cobertos pela lava; sem abrigo e sem terra, a gente mudou-se para um lugar próximo, ao sul de Cova Figueira. O pequeno grupo de casas do sítio do Curral de Asno, à entrada da Chã, foi completamente subvertido pela lava, não restando dele o menor vestígio. A estrada que, pelo oriente da ilha, liga os dois núcleos principais de população (S. Filipe e Mosteiros) foi cortada pelo espaço de um quilómetro, interrompendo-se as comunicações automóveis, tendo a lava destruído os postes e fios telegráficos. Os jornais da metrópole falaram de povoações bloqueadas pela lava, da angústia de populações ameaçadas, que era necessário evacuar, e de outros factos sensacionais que felizmente se não produziram.

Os prejuízos pessoais foram insignificantes. Os dois habitantes do Curral de Asno, que se encontravam mais próximos do lugar onde se abriu a fenda meridional, apenas se queimaram ligeiramente com um pedaço de lava incandescente arrojado para o ar pela explosão. Um deles, tomado de pânico, deitou-se à sombra duma árvore, pensando: "O Fogo vai acabar, eu morro aqui". O outro, mais animoso, incitou-o a fugir, e ambos chegaram esbaforidos à aldeia de Cova Figueira, cujos habitantes, alarmados pelos estampidos da erupção, contemplavam apreensivamente o rolo de fumo negro que se elevava no céu e a lava que começava descendo a encosta.

Se a erupção não causou vítimas, se a serenidade do administrador Luís Rendall, acorrendo prontamente ao lugar que se supunha ameaçado, dominou o pânico que se ia estabelecendo, se as providências tomadas pelo Governo da Província e da Metrópole restituíram a tranquilidade à população, os estragos foram importantes e os prejuízos anultados.

Uma erupção é sempre uma calamidade cuja ameaça pesa sobre a vida da ilha. Entre vários habitantes que interroguei, havia a tradição do derrame lento das lavas, dando tempo a pôr a salvo pessoas e bens. Contaram eles que, pondo cruzes no seu caminho, era possível desviar o curso da lava para onde fizesse menos estragos! A lava das últimas erupções conhecidas tem caracteres semelhantes: pouco fluida, solidificando rapidamente, mostra uma superfície escoriácea, muito rugosa, parando bruscamente, formando, tanto na frente como nos lados, uma muralha de 4 a 6 metros de altura. O derrame duma corrente de lava é uma força bruta contra a qual o homem nada pode opor. Encontrando uma construção, derrubo-a ou subverte-a; escoando-se pelos vales, recobre o solo arável de muitos metros de rocha absolutamente estéril. Lavas de cerca de um século começam apenas a cobrir-se de líquenes; alterando-se lentamente, nenhuma outra vegetação conseguira enraizar-se na sua áspera superfície.

Mais importantes e extensos prejuízos pode causar a projecção de escórias, que muitas vezes não são mais do que fragmentos de lava pulverizados pelas explosões. Os maiores, e portanto mais pesados, caem junto da cratera e podem produzir acumulações de alguns metros de altura. As plantações de rícino da Chã, situadas nas proximidades da erupção, ficaram totalmente destruídas. Os arbustos, abafados e enterrados nas cinzas, mostravam apenas as pontas dos ramos mais altos, completamente crestados e despidos de folhas. Ao contrário do que se noticiou, os cafezais, situados na encosta setentrional da Bordeira, nada sofreram.

Com o tempo, as cinzas podem ir-se aglutinando e alterando, cobrindo-as a vegetação espontânea que abre o caminho às culturas. Dum modo geral, porém, estes fragmentos miúdos de lava negra, que crepitam sob os pés dos caminhantes e dos animais, conservam-se por muito tempo estéreis. A impressão de desoladora grandeza que deixa a Chã das Caldeiras provém em grande parte deste escuro e áspero tapete, desenrolado entre a íngreme ladeira do "Vulcão" e o alcantilado gigantesco da Bordeira. Cada erupção alarga, naturalmente, esse mancha de terras sem vida.

Quanto ao traçado da estrada principal da ilha, é fácil ver que ele obedeceu apenas à escolha do caminho mais curto e fácil, sem ter em conta as condições de segurança. Tanto quanto se pode saber pelas memórias de erupções anteriores, elas produziram-se nos cones adventícios do interior da Chã, derramando-se as lavas na superfície desta depressão e correndo pelas duas aberturas por íngreme encosta em direcção ao mar, que nem sempre chegaram a atingir. Há toda a probabilidade que este seja o caminho das lavas de erupções futuras. Assim, a solução mais simples, restabelecer o traçado da estrada sobre a nova corrente de lava, é igualmente a mais insegura. As comunicações entre o norte e o sul da ilha só ficarão garantidas com a conclusão da estrada pelo ocidente.

A Ilha do Fogo é o mais belo exemplo, no Oceano Atlântico, de um aparelho eruptivo completo, emergindo das ondas com a regularidade de um modelo clássico. Esse aparelho resultou da sucessão de várias fases, cada uma marcada na topografia da ilha por um conjunto de formas. O cone primitivo, truncado pelo cimo da Bordeira, tinha dimensões gigantescas e aparece rodeado de fiadas ou rosários de pequenos cones adventícios de cinzas e de lavas, montículos regulares, com ou sem cratera conservada, que de qualquer ponto que a vista abranja se contam por dezenas.

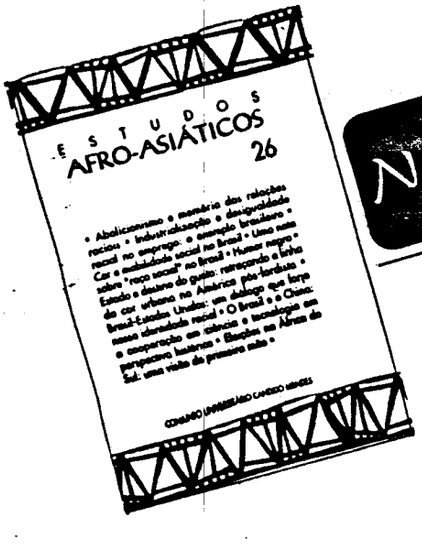
A Chã das Caldeiras formou-se posteriormente a esta fase eruptiva, por um abatimento circular gigantesco da parte superior do cone primitivo. A ilha perdeu altura; mas a actividade eruptiva renasceu no interior da depressão assim formada. A acumulação de cinzas, escórias e lavas edificou o cone secundário, conhecido geralmente por "Vulcão" (Est. I), pois conserva, com admirável frescura, a forma destes acidentes. Em todo o caso, não se conhece nenhuma erupção deste cone. A chaminé vulcânica deve estar obturada por história das erupções da ilha, a sua última geração — a única com que os habitantes parece terem travado conhecimento.

Por estas fendas se dá a subida de lavas de bolsas profundas, que ao fim de algumas semanas se esvaziam. Parece assim que já não existe um grande reservatório susceptível de alimentar uma actividade eruptiva constante ou de curta intermitência. A despeito da incomparável beleza das suas formas — um Vesúvio gigantesco — parece que há menos a esperar do campo eruptivo do Fogo do que do mais famoso e estudado dos vulcões do mundo. As povoações da Chã e das encostas para onde se abre esta depressão terão sempre as casas e os campos ameaçados por futuras erupções. Fora desta área restrita, e à excepção de estragos que os tremores de terra possam causar, a vida da ilha não virá a correr grave risco. Se é lícito, neste campo de conjecturas, tirar uma lição da experiência, ela afigura-se tranquilizadora. Último episódio da história geológica das ilhas de Cabo Verde, o Fogo parece ser um campo eruptivo que morre. Mesmo assim, o seu interesse científico é muito grande. Citada como exemplo em todos os livros clássicos de vulcanologia, descrita sumariamente por alguns estudiosos estrangeiros e nacionais, esta ilha sofrerá por certo, mercê da sua recente erupção, um renovo de curiosidade no mundo da ciência. ■

Orlando Ribeiro,
a bordo do Senhor das Areias
4 de Dezembro de 1952

(este texto foi escrito para a revista "Cabo Verde — Boletim de Propaganda e Informação", n 41, 1953; encontra-se reproduzido em "Opúsculos Geográficos", III volume, edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1990)

Orlando Ribeiro, em 1951, quando estudava e filmava a erupção da ilha do Fogo



Há "facções" no governo de Maputo

Moçambique rejeita acordo sobre migrações

PÚBLICO, 5.4.95

NARCISA ESCALER, directora da Organização Internacional para as Migrações (OIM), sentiu-se frustrada, "chocada e sem perceber nada". Não admira. Foi oficialmente convidada a visitar Moçambique para firmar um acordo envolvendo 45 milhões de dólares de ajuda humanitária e, à última hora, o governo recusou-se a assinar sem explicação plausível. Voltou a Genebra furiosa, ameaçando devolver o dinheiro aos doadores.

No entanto, foi entre sorrisos que a elegante directora-geral adjunta da OIM chegou a Maputo no princípio da semana finda. "Durante a nossa visita de quatro dias a Moçambique vamos assinar um acordo formal com o governo para formalizar as actividades que a OIM está a realizar neste país", anunciou à chegada.

A OIM, uma instituição intergovernamental sediada na Suíça, operava até à data ao abrigo dos acordos institucionalizando a presença da ONUMOZ em Moçambique, embora não pertencendo ao sistema das Nações Unidas. O mandato da ONUMOZ terminava a 31 de Março e Narcisa Escaler veio assinar um Estatuto Legal com o governo permitindo à sua organização continuar a operar em projectos de assistência à reintegração de deslocados e desmobilizados de guerra por todo o país, envolvendo 45 milhões de dólares.

O acordo, contudo, não chegou a ser firmado. Poucas horas antes da cerimónia, Narcisa Escaler foi laconicamente informada que o documento não seria assinado "porque as autoridades não estavam preparadas para tal". Confrontada com o inesperado fracasso da sua missão, a sra. Escaler tentou ainda salvá-la junto do presidente moçambicano, mas sem mais sucesso. Depois de ter feito esperar a visitante cerca de três quartos de hora, Joaquim Chissano comunicou-lhe que "existem várias facções no seio do governo que tomam atitudes e posições diferentes em relação à OIM, que precisam de ser reconciliadas". Trata-se da primeira vez, em vinte anos de governação frelimista, que é oficialmente reconhecida a existência de "facções" no executivo moçambicano.

Francis Rodrigues, a vice-ministra dos Negócios Estrangeiros que devia assinar o acordo e não o fez, acusa a OIM de pretender privilégios e imunidades "que só são concedidos aos representantes das organizações da família das Nações Unidas". Rodrigues adiantou que o governo moçambicano está a elaborar um documento que permita à organização prosseguir o seu trabalho no país "enquanto se estuda o 'dossier', para se poder decidir, em definitivo, se a OIM continuará ou não a desenvolver a sua actividade".

O porta-voz da OIM em Maputo, Jean Nkolo, considera, porém, que "o que está em jogo e faz com que o governo moçambicano desista à última hora de formalizar disposições legais que estavam a ser preparadas há meses, é a existência de sectores locais que querem que os dinheiros dos doadores sejam canalizados directamente para Moçambique e não através da OIM".

Ontem, passada a surpresa inicial, observadores políticos em Maputo avançavam que, na ausência do ministro dos Negócios Estrangeiros, a vice-ministra Francis Rodrigues teria cedido a pressões para não assinar, oriundas de poderosos sectores da Frelimo. Encorajados pelos recentes sucessos obtidos junto do Clube de Paris, esses sectores teriam agido na esperança de passarem a receber os fundos directamente dos doadores, sem controlo da OIM.

O representante da organização em Moçambique, Howard Wilson, já fez saber que, caso o governo não formalize a situação, a OIM será obrigada a "abandonar o país e interromper os trabalhos", devolvendo os fundos aos doadores". ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Linha da Frente cria organização de segurança

PÚBLICO, 6.4.95

A LINHA da Frente vai transformar-se na Aliança de Estados da África Austral (ASAS), uma organização alargada de segurança que constituirá o "braço político e de resolução pacífica de conflitos na SADC", a Conferência para o Desenvolvimento da região.

Além dos sete países que compunham a Linha da Frente (Angola, Botswana, Namíbia, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe), a ASAS incluirá também a África do Sul, bem como os menos influentes Lesotho, Malawi e Swazilândia. A Linha da Frente, enquanto conjugação de esforços para combater o apartheid, deixou de ter razão de ser e os Estados-membros optaram por reconvertê-la.

A formação da ASAS foi inicialmente aprovada por unanimidade pelos ministros dos Negócios Estrangeiros da Linha da Frente, reunidos no dia 3 de Março, em Harare. No entanto, deverá ainda ser formalizada a nível presidencial em Agosto, na Cidade do Cabo. O chanceler zimbabweano Nathan Shamuyarira anunciou que a manutenção da paz na África Austral constituirá o principal objectivo da ASAS. Shamuyarira revelou que os seus congéneres da Linha da Frente tinham apelado à realização urgente de uma conferência para salvar o processo de paz angolano.

Na véspera, o Presidente zimbabweano já referira que a paz em Angola irá constituir o "primeiro grande desafio" da ASAS. Robert Mugabe sublinhou que os países da África Austral estão preocupados com a morosidade do processo de paz angolano. Numa recente entrevista, o chefe da diplomacia moçambicana confirmou que a questão angolana merecerá particular interesse por parte da Aliança, mas não adiantou que tipo de medidas poderão ser tomadas.

Falando ao oficioso jornal "Notícias de Maputo", Leonardo Simão considerou que a ASAS "terá um carácter informal, para que, de uma forma flexível, seja capaz de agir com prontidão e eficiência na preservação da paz e estabilidade" na região.

Na África do Sul, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, no Cabo, Aziz Pahad, manifestou uma posição de firmeza que permite antever a preponderância sul-africana na ASAS. "O derrube de governos democraticamente eleitos em Estados-membros não será tolerado", garantiu Pahad.

A criação de um "quadro regional de gestão de conflitos" na África Austral foi coincidentemente defendida por Jacobus Cilliers, antigo oficial do Exército e director do Instituto para a Política de Defesa na África do Sul. Cilliers afirmou que existe "uma percepção cada vez maior em África de que os problemas de segurança do continente devem ser encarados como uma prioridade, de forma a tornar possível o processo de democratização".

Cilliers opinou também que, "a estabilidade política e a segurança militar constituem a chave para o incremento da cooperação económica, desenvolvimento e criação de postos de trabalho na África Austral".

Fontes diplomáticas garantiram que a criação da ASAS foi um dos motivos da visita-surpresa de Nelson Mandela a Maputo, no último fim-de-semana, embora a Presidência moçambicana tenha garantido que o chefe de Estado sul-africano se deslocou a Moçambique "só para descansar". ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Cabo Verde pede "ajuda urgente" a Portugal

Lava avança na Chã das Caldeiras

PÚBLICO, 6.4.95

A LAVA queimou já aproximadamente metade da área total da cratera do vulcão da ilha do Fogo, em Cabo Verde, zona conhecida por Chã das Caldeiras, uma "ferradura" com cerca de nove quilómetros de diâmetro, tendo igualmente destruído algumas casas. O Governo cabo-verdiano pediu ontem, através do ministro da presidência do Conselho de Ministros na Praia, Mário Silva, "apoio urgente" ao Governo português, traduzido especialmente em material de campanha, alimentos e medicamentos.

Até ao momento a lava expelida atingiu uma extensão de quase dois quilómetros para além do local de erupção, encontrando-se a cerca de 300 metros de duas cooperativas vinícolas, que produzem o afamado vinho "manecon". Foram igualmente destruídas culturas de vinha, feijão, mandioca e árvores de fruto. Com o avanço da lava em Chã das Caldeiras, o resultado do abatimento do cone do vulcão original que deu origem à ilha, o cultivo agrícola nos próximos anos será impossível, pondo em causa a capacidade de auto-abastecimento das populações. A zona possui os terrenos mais férteis da ilha e produz duas colheitas por ano.

É visível uma diminuição da actividade vulcânica, para o que terá talvez concorrido, segundo especialistas, o facto de os focos de emissão se terem reduzido. No domingo, quando o vulcão entrou em erupção, a lava era expelida por sete focos no sopé do Pico, que passaram depois a oito, estando agora apenas dois activos. Mas é difícil prever o tempo que o fenómeno deverá durar.

Para Alberto da Mota Gomes, geólogo cabo-verdiano da Junta de Recursos Hídricos, nunca deveria ter sido permitida a edificação de casas na zona de Chã das Caldeiras. No interior da cratera são visíveis peças de mobília e outros bens deixados pelos cerca de 1300 habitantes em fuga. O avanço da lava cortou o acesso por automóvel dentro da cratera, podendo ainda fazer-se a travessia a pé.

Os rios de lava evoluem em dois sentidos — um mais rapidamente que o outro, por ter o caminho desimpedido de rochas das últimas erupções. Os dois rios dirigem-se para as localidades Relva e Corvo, situadas no Leste da ilha, mas não as colocam em perigo.

Membros do corpo diplomático acreditados na Cidade da Praia (ilha de Santiago) — entre os quais representantes de Portugal, das Nações Unidas e dos Estados Unidos — percorreram hoje o caminho entre Mosteiros e Chã das Caldeiras (cerca de 25 quilómetros), levando perto de hora e meia, devido à queda insistente, em algumas zonas, de cinzas e pedaços de rocha. À medida que se sobe, aumenta o calor e o cheiro insuportável a enxofre.

Segundo Mota Gomes, a libertação de gases tóxicos, frequente em erupções vulcânicas, não é perigosa para as pessoas, porque os gases quentes sobem até 3000-4000 metros de altura. Sobre a cratera é visível uma grande nuvem enegrecida, que se avista da Praia, situada a 90 quilómetros de distância.

Eduardo Lobão, em São Filipe (Ilha do Fogo), Lusa

Vulcão do Fogo ainda em actividade

PÚBLICO, 6.4.95

SETE aberturas próximas da chaminé principal do vulcão da Ilha do Fogo, em Cabo Verde, continuavam ontem activas ao final da tarde. A erupção, que foi antecedida por um sismo, teve início cerca das 23h30 de domingo, tendo acordado um vulcão cuja última erupção teve início a 12 de Junho de 1951.

Ontem, numa primeira entrevista concedida à Rádio Nacional de Cabo Verde, Eugénio Veiga, presidente da Câmara de São Filipe e membro do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), disse que a situação na Ilha do Fogo é preocupante e que há necessidade de ajuda internacional, nomeadamente para o realojamento das populações atingidas. O governo de Cabo Verde já lançou um pedido de ajuda internacional e uma representação do corpo diplomático acreditado na Praia chegou à vila de Mosteiros, no Fogo, para fazer um levantamento das necessidades.

O autarca explicou que nos povoados próximos da Chã das Caldeiras — a depressão em forma de ferradura, com cerca de dez quilómetros de diâmetro, que se encontra no interior do cone do velho vulcão que deu origem à ilha — estava ainda um número considerável de pessoas. Ao contrário da explicação apresentada por Hugo Rodrigues, da comissão instaladora de Mosteiros, onde tem procurado refúgio a maior parte da população que vive mais perto da zona do vulcão em actividade, a razão para algumas pessoas ainda se encontrarem em zonas que não são consideradas seguras, deve-se à inexistência de meios adequados para montar uma operação de evacuação. Segundo Hugo Rodrigues, do Movimento para a Democracia, o partido no Governo cabo-verdiano, isso deve-se apenas à resistência das pessoas em abandonar as suas habitações. Actualmente, segundo a Lusa, há cerca de 2000 pessoas desalojadas, tendo ontem chegado ao Fogo 7,5 toneladas de material de auxílio de emergência, reunido pelas Forças Armadas e Cruz Vermelha de Cabo Verde.

Quatro dos membros da equipa de cientistas portugueses que deverão estudar a erupção partirão já hoje de Lisboa, devendo o resto da missão seguir amanhã. A equipa é constituída pelos geólogos António Serralheiro, José Manuel Munhá, José Eduardo Madeira e António Pedro Brum da Silveira, todos do Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências de Lisboa, e por outros quatro investigadores do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT). Do IICT, seguirão na quinta-feira os geólogos Celestino Silva e Paulo Torres e os geógrafos Ezequiel Tavares Correia e Fernando Lagos Lopes. A equipa deverá integrar ainda o geólogo cabo-verdiano Alberto da Mota Gomes, da Junta dos Recursos Hídricos.

Ontem, a Associação dos Amigos do Fogo (Amifogo), com sede em Lisboa, apelou à ajuda portuguesa, "sobretudo se, como se teme, pela intensidade das emissões, a escorrência das lavas se vier a encaminhar para zonas arborizadas e densamente povoadas". "Para além dos problemas imediatos que põem o realojamento, a alimentação e os cuidados sanitários a dispensar a várias centenas de pessoas deslocadas, a hipótese mais temível é o alastramento de fogos florestais à zona de Monte Velha e a toda a encosta sobranceira à vila de Mosteiros". ■

Isabel Salema, com Moisés Évora, no Sal

Notícias Africanas

PALOP sem pressa na criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Cinco mais um não dá sete

PÚBLICO, 7.4.95

Joaquim T. de Negreiros

Os PALOP não estão propriamente entusiasmados com a criação a breve prazo da adiada CPLP e querem pensar melhor antes de se associarem a Lisboa e Brasília nesse projecto. O assunto foi abordado num encontro dos MNE dos "cinco" e de Portugal, onde se fez o balanço e se traçaram as perspectivas para as várias modalidades de cooperação. A seis.

Nem mesmo quando o ministro são-tomense falou em "desafio" e "vontade inabalável" deixou de ficar patente a falta de pressa dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) na formalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), um dos temas abordados pelos chefes das diplomacias dos "cinco" e de Portugal no seu IV Encontro, ontem encerrado em Lisboa.

"Devemos proceder de futuro a reflexões mais profundas sobre os contornos e os objectivos dessa comunidade", afirmou o ministro de São Tomé, Guilherme Posser da Costa, que esteve na conferência de imprensa final de ontem na qualidade de coordenador dos "cinco". Durão Barroso já se referira de passagem ao "empenho" na CPLP na sua exposição inicial e o assunto foi depois abordado pelos ministros de Cabo Verde e de Angola, em resposta a perguntas dos jornalistas.

O caboverdeano José Tomás Veiga aproveitou para classificar como "especulativa" uma notícia sobre o eventual "desvio" de Lisboa para a cidade da Praia da cimeira dos sete — os cinco PALOP, Portugal e o Brasil — de que deverá resultar a criação da CPLP, acrescentando em seguida que "é preferível não andar demasiado depressa" nesse domínio.

Quanto ao angolano Venâncio de Moura, questionado sobre a possibilidade de ver a cimeira por duas vezes adiada concretizada até ao fim deste ano, limitou-se a remeter para o comunicado final, um extenso documento de trinta e cinco pontos onde a CPLP merece pouco mais de quatro linhas preenchidas com o tal "interesse e empenho" numa formalização que ninguém parece saber quando chegará.

No quadro dos mecanismos de cooperação que envolvem os seis países representados em Lisboa, o tom é outro.

Apesar de manifestarem a sua "preocupação relativamente à tendência negativa que se manifesta no tocante à Ajuda Pública ao Desenvolvimento bem como à crescente marginalização do Continente Africano neste contexto", os ministros salientam os progressos na cooperação bilateral entre Portugal e cada um dos cinco PALOP e sublinham as virtualidades de uma coordenação de esforços no âmbito multilateral, que já se traduziu nos "Trust Funds" criados por Lisboa junto ao PNUD e à UNESCO.

Outra forte aposta tem como campo de acção o Programa Regional da União Europeia para os PALOP, criado durante a presidência portuguesa da CE. Aqui, os cinco contam com o apoio vital de Lisboa, que, regista o comunicado, também se tem feito sentir nas negociações em curso para ultrapassar o impasse na determinação do montante do Fundo Europeu para o Desenvolvimento.

Em termos de cooperação política, ficou definido o apoio às candidaturas ao Conselho de Segurança da ONU da Guiné-Bissau (biénio 1996-97) e de Portugal (1997-98) e registada a condenação da Indonésio pela "política repressiva de violação sistemática dos Direitos Humanos e liberdades fundamentais em Timor-Leste".

Ainda no que diz respeito a Timor, os seis, que ontem receberam uma delegação da resistência, apelam à rápida libertação de Xanana Gusmão e dos demais presos políticos timorenses e comprometem-se a coordenar a sua acção "no sentido de emprestar maior eficácia á defesa e promoção dos direitos do Povo de Timor-Leste". Ramos Horta, que integrou a delegação timorense recebida pelos seis ministros, lançou a ideia de um "emissário especial" dos PALOP e de Portugal para a questão de Timor-Leste, espécie de embaixador itinerante mandatado pelos chefes de Estado dos seis países para sensibilizar sobretudo os governos africanos e latino-americanos, cujos votos são decisivos na Assembleia Geral da ONU.

No capítulo dedicado à análise da situação em cada um dos países envolvidos neste processo "5+1", as maiores atenções viraram-se, naturalmente, para Angola. Os ministros insistem no "imperioso" cumprimento do Protocolo de Lusaka e apelam à comunidade internacional para que proporcione os meios necessários ao cumprimento da missão já atribuída à Unavem III.

Em destaque esteve ainda a política de emigração, nomeadamente os problemas relacionados com a entrada e permanência de cidadãos dos PALOP em Portugal. Os ministros, que ouviram uma exposição do secretário de Estado da Administração Interna sobre o assunto, concordaram em "remover os obstáculos desnecessários à circulação nos respectivos territórios dos nacionais dos restantes Estados". É uma posição de princípio que compromete sobretudo o Governo português e que poderá ter sequência prática no início de Maio, quando se encontrarem em Lisboa os responsáveis pela pasta da Administração Interna de cada um dos seis.

O próximo encontro ministerial "5+1" vai realizar-se em Maputo no prazo de um ano. ■

Os mensageiros do novo mundo

Nélson Saúte

Maputo

PÚBLICO, 7.4.95

"Não sei se já ouviste falar na história da Bíblia?"

Assim mesmo. Era um moço que vinha, acompanhado de uma menina, a distrair a tarde de domingo, em plena 24 de Julho. Não sei como fiquei. Quando os vi, de outro lado da avenida, pensei: que lindo par de namorados! Mas logo desenganei-me.

Não é que estivesse desavisado. Tinham-me dito: há muitos apóstolos na cidade espalhando a desgraça. Fenómeno dos tempos, julguei. E desliguei. Razões? No actual estado das coisas, muitos são aqueles que se profissionalizam a agoirar os dias ou a prometer futuros. Se não tivéssemos defeitos, decerto que este haveria de inaugurar a moçambicanidade.

Então passeei-me por Maputo descomprometido da preocupação de saber se quem me seguia era ou não um representante de uma seita suplicando a minha adesão. Cuidava-me, isso sim, com os que namoram os bolsos alheios.

Daí que aquele disparo à queima-roupa me tivesse deixado quase aturdido. Muito. muito porque vinha do rapaz. A moça, deixa-se na sombra, à espera. Vigiando-me. O que me inquietava ainda mais.

"Já foste à igreja?"

Inquiria o moço, apesar dos meus gaguejos.

"Se foste, rezavas para ganhar o quê?"

Aí, eu balbuciei algumas razões inaudíveis. Não sei como é que são os apóstolos de outras desgraças. Mas os nossos prometem sempre futuros. Para quem já não tenha presente, perdera entretanto o passado, por que não acreditar que o amanhã será diferente? Mais: do reino dos homens já estamos cansados de aldrabices. Daí que qualquer aceno que venha de trás das nuvens seja igual a alguma coisa. É o que acontece a quem tenha uma vida tão esfarrapada...

"É que ninguém trabalha para aquecer."

Tentou dissuadir a moça. Ela tinha uma voz enterrada em não sei quantos milénios nas grutas da nossa incivilização. Mas estranhei mais: a linguagem. Podia-se praticar na igreja?

Lacónico, fui respondendo. Procurava não me precipitar, abismos há muitos sem regresso. Mas eles queriam lá saber das falhas da minha fala. Já traziam a sentença: Deus preparava um novo Éden. Necessitava de se desembaraçar dos maus sobre o planeta. Novos jardins estavam planeados. Árvores para reeditar a justeza da vida dos homens na Terra. O bem e o mal continuariam matrimoniados. Tanto um como outro precisavam-se, ainda. Mutuamente. O Senhor, nestas coisas, praticava critérios de recomendável objectividade. Ainda por cima num momento em que estava a receber as respostas daqueles que tinham pecado mas que queriam a remissão dos pecados, não podemos deixar de aplaudir a tolerância. O trabalho deles assim se explicava: andavam a recolher uma lista para os novos condóminos no Paraíso.

Depois deste sermão, fiquei sossegado. Não tinha muito por confessar. Não tinha notícia dos meus pecados. Penitenciava-me. não obstante. Eles anuíram-me. Contente fiquei. Já me preparava para zarpar, quando a moça estendeu um papelinho. o endereço.

"Aparece lá às quartas-feiras. Das 18 às 20 horas, estudamos a Bíblia. Como vês, mano, tudo está escrito. Por exemplo: a malta não adora a igreja. Veneramos Deus. O nosso trabalho é avisar as pessoas daquilo que vem na Bíblia. Não te esqueças que estamos perto do ano 2000!"

Só com a nossa ajuda na madrugada seguinte daquele terrível ano começaria o "Novo Mundo". E atravessaram a rua. Um casal também se distraía naquela tarde domingueira. Procurei um caixote de lixo para deitar fora o papel. Mas logo senti o olhar que vinha da outra margem da estrada. Já abordavam o casal passeante, quando envergonhado guardei o papel amarrotado no bolso. Então a moça piscou-me o olho. ■

CIÊNCIAS

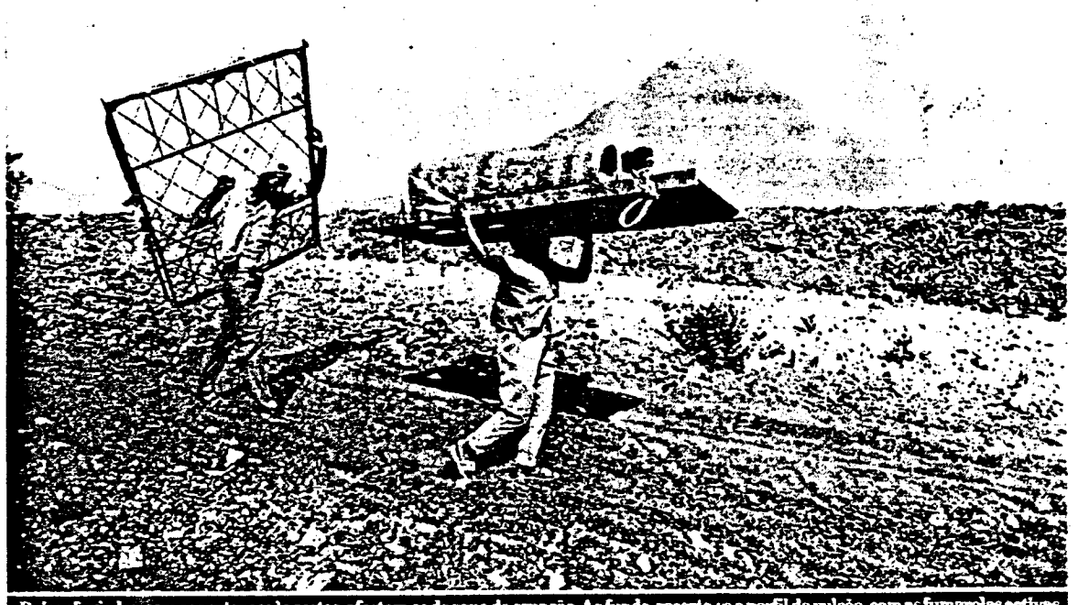
Erupção prossegue na ilha do Fogo

O vulcão triste e bonito

PÚBLICO, 8.4.95

Dos nossos enviados Isabel Salema (texto) e Daniel Rocha (foto), na Ilha do Fogo

A ilha parou durante dias por causa do vulcão. Mas o espectáculo, que é "bonito e triste", como diz o filho de um padre do Porto, é pouca coisa para o Fogo comparado com a necessidade de "djuda". Apoio em criolo. Ontem, a lava, com uma extensão de três quilómetros quadrados, ia isolar Chã das Caldeiras.



Dois refugiados, com os pertences às costas, afastam-se da zona da erupção. Ao fundo, recorta-se o perfil do vulcão, com as fumarolas activas

Uma da tarde, no aeródromo da vila de Mosteiros, na ilha do Fogo, Cabo Verde. Um dos geólogos da Faculdade de Ciências de Lisboa, que acaba de chegar da ilha de Santiago, olha para a arriba que desce até ao mar e aponta para os vários rios de lava que deixaram a sua marca na montanha.

Dezenas de camadas marcam uma história de milhões de anos de vulcanismo. Muito mais para cima, a 25 quilómetros que podem levar duas horas a percorrer, fica Chã das Caldeiras, onde uma cratera expele lava desde o último domingo. É mais uma escoada — o nome que os geólogos dão aos rios de lava — e que irá alterar o perfil da ilha, como a última erupção, com a data de 1951.

Nicolau Gomes, com 60 anos e carnes secas, está com o seu carro à beira do aeroporto pronto a seguir lá para cima. "Na minha casa" — a de Nicolau, onde passamos para buscar água —, "estavam lá dez pessoas, mas já voltaram para a Achada Grande. Não é um sítio afectado, só cinza e tremores de Terra. Vinham de noite, quando sentiam mais medo e regressavam logo de manhã". Nicolau Gomes é o concessionário da Shell no Fogo e um dos sete filhos de um padre — "com curso de filosofia e teologia" — nascido no Porto e que chegou à ilha em 1933.

Passamos pela escola de Mosteiros, a caminho da Chã das Caldeiras, onde estão alojadas cerca de 30 pessoas. Segue-se a povoação do Corvo, onde as poucas pessoas que chegaram a Mosteiros, "voltaram logo".

As pessoas são vulcões

A cinza que cobre a estrada construída nos anos 40 e entra pela janela do "jeep" é a única marca do vulcão activo que está mais acima e cuja estrada teremos que descer muito para sul, até Achada Furna, para atingir o enorme átrio criado pelo abatimento da cratera que deu origem ao Fogo. "O meu pai era conterrâneo do cardeal Cerejeira e de Salazar", diz Nicolau Gomes a rir-se, que nasceu numa ilha "que já viveu 500 anos de colonialismo, 15 de partido único" e com o Movimento para a Democracia, "que se pensava que era melhor".

E o vulcão é fácil? "O vulcão não muda a cabeça das pessoas. E todas as pessoas que nasceram no Fogo são um vulcão".

Próximo da povoação da Relva, a paisagem é negra e Nicolau fala da erupção de 1951. "Foi muito maior, houve mais tremores. Estava na apanha do café. O pé de café sacudia e pensava que era do motor". Mais próximo de Tinteira, aparecem os primeiros piroclastos, as rochas projectadas em fogo, resultado de uma erupção com explosões. Em criolo, diz-se "djoba" e de São Filipe, a capital da ilha do Fogo, vêm de propósito buscá-la para fazer os blocos para construir as casas.

Estamos em Cova Matinho, onde a lava em 1951 foi até ao mar. "Era perigoso, ficámos muito tempo sem estrada. Parece-me que cerca de um ano". O sisal cresce nas bermas, "com que as pessoas fazem cordas e coberturas das casinhas. E é a madeira dos pobres". Em Cova da Figueira, onde fica o Bar Benfica, "muitas pessoas saíram".

Dez metros por hora

"A montanha pariu um rato. Estive a três metros da lava", diz um padre capuchinho italiano, irritado com o facto de as notícias não falarem das pessoas que ainda não saíram da Chã das Caldeiras, com três quilómetros quadrados da sua extensão coberta pela lava. "O padre já enriqueceu o seu vocabulário", comenta irónico Nicolau, acompanhado por dois dos seus 13 filhos. As árvores, que ladeiam a estrada, Nicolau explica-as, depois de algumas perguntas e dúvidas. "Sim, espinhos. A coroa de Cristo foi feita com elas. Estas não conheço o nome, puseram-nas já há três anos e aguentam bem a seca". Árvores que mais parecem arbustos e que sobrevivem inexplicavelmente a 13 anos de seca.

Depois de Achada Furna, com um camião de tropas na estrada, a "djorna" ou os piroclastos começam a ser predominantes e a simplificar a forma do relevo. Lá em cima, está a parede de mil metros, que fecha Chã das Caldeiras a ocidente. Uma casa feita de lava, anuncia numa placa pintada recentemente: "Loja Nena espera por si". O fumo negro e branco da erupção deixa de ser uma miragem, muitas vezes confundido com as nuvens do céu. Depois de uma lomba acentuada, surge o vulcão e a paisagem, castanha escura. Quinhentos metros à frente, dois polícias fazem uma barreira na estrada. "Há uma zona em que a lava está a correr a uma velocidade de 5 metros por hora", diz um deles, que veio de São Filipe, para impedir que a população regresse a Chã das Caldeiras. Mas há sítios onde a lava corre mais depressa ainda: a Rádio Nacional de Cabo Verde diz que, de quinta para sexta-feira, a velocidade do avanço da lava era de dez metros por hora.

"Piorou", diz Nicolau, depois de passar a barreira. "Está menos activo?", pergunta-se distraidamente, com um barulho de fundo que parece uma mistura do mar a bater forte e um reactor de um avião a jacto a trabalhar. Pausa. "Não, piorou", responde.

A coluna de fumo transformou-se em explosões avermelhadas e, à medida que se avança, agora a pé, torna-se cada vez mais difícil caminhar sobre este material leve, viscoso e quente — os piroclastos lançados pela erupção. Uma cratera com largas dezenas de metros, expele pedras em chamas e um rio de lava. O calor provocado pelas rochas, que fundem no interior da terra a uma temperatura que varia entre os 1000 e os 1200 graus centígrados, é enorme. "É triste e bonito", diz Nicolau, já depois de uma enorme explosão lançar rochas incandescentes a poucos metros de distância. Torna-se principalmente triste ao avançarmos, quando nos cruzamos com a população que ontem passará a sua última noite na Chã.

A lava, a poucos metros da estrada, cria uma cortina de quase uma dezena de metros de altura e 2500 metros de comprimento que hoje já deve ter cortado a estrada que liga o átrio formado pela Chã de um lado ao outro. Pipisinha, ou antes Maria Socorro Gonçalves, que vive em Boca Fonte — a única povoação que viu três casas destruídas — não sabia onde ia dormir ontem. Rodeada de mesas, cadeiras, colchões e vários frascos de doce de marmelo e de mulheres que gritavam "apoio, apoio, apoio". Nicolau explicou depois que apoio em criolo se diz "djuda" (ajuda). ■

José Eduardo dos Santos pronto a receber Savimbi

Tempo de esperança para Angola

PÚBLICO, 8.4.95

O LÍDER da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, recebeu ontem no Bailundo uma carta em que o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, o convida para um encontro "urgente", relata a enviada da agência Lusa ao Planalto Central, Josefa Lamberga. A missiva foi entregue pelo ministro sem pasta Faustino Muteka, chefe da equipa governamental na Comissão Conjunta (CC), que está a procurar fazer cumprir o Protocolo de Lusaca, assinado em Novembro do ano passado.

Depois de ler o recado enviado do Futungo de Belas, onde está instalada a Presidência da República de Angola, nos arredores de Luanda, o chefe do Galo Negro disse aos jornalistas que se tratava de um "dizer de irmão para irmão", dado o tom e o conteúdo do mesmo. "Para mim, isto significa um passo seguro e decisivo no processo de implementar a paz para todos os angolanos", acrescentou Savimbi, que anteriormente propusera a José Eduardo dos Santos um encontro na capital zambiana.

No entanto, ainda na quinta-feira à noite o representante especial em Angola do secretário-geral das Nações Unidas falava à televisão zairense da fragilidade do processo de paz, que não ganhará consistência enquanto houver dois exércitos e armas nas mãos de centenas de milhares de pessoas. "Não basta um simples apito para acabar com uma bem complexa guerra de 20 anos", disse filosoficamente Alioune Blondin Beye, depois de haver sido recebido em Gbadolite pelo Presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko.

Uma fonte diplomática angolana contactada pelo PÚBLICO explicou, por seu turno, que o Presidente José Eduardo dos Santos, em princípio, preferia que a reunião com o chefe da oposição fosse dentro do território nacional, mas poderá admitir que o encontro acabe por se verificar noutro país. De qualquer modo, acrescentou a mesma fonte, ainda não há data nem local exactos para a reunião de alto nível dos dois principais políticos de Angola.

Antes de ter ido a Gbadolite, terra natal de Mobutu, no Norte do Zaire, o representante especial de Butros-Ghali reunira-se com os presidentes do Zimbabwe, Robert Mugabe, e da Zâmbia, Frederic Chiluba. Durante a próxima semana, o Conselho de Segurança das Nações Unidas deverá concluir se já existem ou não condições para enviar para Angola o grosso dos sete mil capacetes azuis encarregados de zelar pela consolidação da paz tão dificilmente alcançada em Lusaca.

Rumo ao Japão

Enquanto isto, o primeiro-ministro angolano, Marcolino Moco, segue este fim-de-semana para o Japão, acompanhado pelos titulares das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, e dos Petróleos, Albina Assis, a fim de efectuar uma visita oficial de três dias.

Moco tenciona pedir a Tóquio ajuda humanitária e financeira, bem como debater hipóteses de cooperação nos sectores dos minérios e das rochas ornamentais, tendo em conta que antes de 1975- os japoneses exploravam ferro e mármores no Sul de Angola.

Depois, ao voltar do Extremo Oriente, é provável que Marcolino Moco passe por Lisboa, no fim da semana.

O Presidente da República empossou ontem o novo governador do Banco Nacional, António Furtado, que era vice-ministro das Finanças, e a nova ministra da Cultura, Ana Maria de Oliveira, que tinha o cargo de vice-ministra da mesma pasta. ■

Lava do vulcão avança dez centímetros por minuto

FERNANDO GASPAR
enviado à Ilha do Fogo

EXPRESSO, 8.4.95

A TORRENTE de lava negra, alimentada pela erupção vulcânica que deflagrou na ilha do Fogo, em Cabo Verde, começou ontem a avançar a uma velocidade de dez centímetros por minuto, em direcção às povoações de Chã das Caldeiras, obrigando centenas de pessoas a um contra-relógio desesperado para salvarem o que puderam das casas e culturas entretanto abandonadas. A enorme muralha de pedra, incandescente no seu interior e espalhando um sinistro bafo de destruição à sua volta, espraia-se já por mais de seis quilómetros a partir da base do vulcão, atingindo em média cerca de 500 metros de largo por cinco de altura.

Intensamente cultivada em todas as pequenas parcelas do terreno deixado livre pelos descomunais blocos de lava de erupções anteriores, a Caldeira da Chã era, até agora, considerada o «celeiro» da ilha, capaz de proporcionar — apesar da vastidão de escórias e de cinzas que pintam de cinzento escuro todo o cenário — duas colheitas por ano de maçãs, batatas, mandioca e mesmo de uvas com que os naturais produzem o «manecon», um vinho forte durante séculos exportado para o Brasil.

«Se a lava atingir Portela, como tudo indica, caso a actividade do vulcão não venha a diminuir nos próximos dias, então também Bangaeira, mais abaixo, e Fernão Gomes, depois, estarão directamente ameaçadas», disse ao EXPRESSO o geólogo cabo-verdiano Alberto da Mota Gomes. **«Aconteça o que acontecer, uma coisa é certa: a Chã das Caldeiras acabou. Nunca mais voltará a ser o que era»**.

Jorge Samão

Vulcão na ilha do Fogo: jactos de fumo e fogo sobem a mais de 500 metros

Mota Gomes estava na ilha do Fogo, com cerca de 40 alunos, quando o vulcão adormecido despertou na noite de domingo último. A violência da erupção, que se tem mantido, projecta material lávico a mais de 500 metros de altura, por entre jactos de fogo envolvidos em densas colunas de fumos que sobem a mais de cinco mil metros.

Enquanto as autoridades do país multiplicavam apelos à comunidade internacional, solicitando ajuda para solucionar o problema de realojamento de cerca de 1500 deslocados da zona de Chã das Caldeiras, unidades das Forças Armadas de Cabo Verde eram colocadas na ilha para coordenarem as operações de socorro.

Correspondendo aos apelos das autoridades cabo-verdianas, duas equipas científicas portuguesas — do Instituto de Investigação Científica e Tropical e da Faculdade de Ciências de Lisboa — estão já no Fogo para acompanharem a evolução de fenómeno. Um avião da Força Aérea é esperado hoje, em Mosteiros, com equipamento científico diverso. **«Portugal é o país melhor posicionado para ajudar Cabo Verde nestas circunstâncias»**, considera o geólogo Mota Gomes. **«Há mais de 30 anos que estudamos juntos estes fenómenos. Contamos com os portugueses como se fossem da família!»**.

Legislativas no Zimbabwe hoje e amanhã

A perpetuação de Robert Mugabe

PÚBLICO, 8.4.95

Jorge Heitor

Os cidadãos do Zimbabwe vão este fim-de-semana às urnas, em eleições legislativas que mais não deverão ser do que a consagração da ZANU e do Presidente Mugabe como os líderes incontestados da antiga Rodésia do Sul.

O Presidente Robert Gabriel Mugabe, que, desde Abril de 1980, se encontra à frente dos destinos do Zimbabwe (a antiga Rodésia do Sul), terminou a campanha para as eleições gerais de hoje e amanhã com a certeza antecipada da vitória, mas também com o espectro de que, daqui a algum tempo, já ninguém acredite nas suas convicções democráticas.

Tendo em conta que ele próprio designa 30 dos 150 deputados e dado também que, em muitos círculos, a oposição nem sequer se digna apresentar candidatos, Mugabe sabe desde já que a União Nacional Africana do Zimbabwe/Frente Patriótica (ZANU/PF) vai ficar com uma larga maioria na nova legislatura.

À primeira vista, é tudo um mar de rosas. Só que os cidadãos, em boa parte, se mostram apáticos quanto a este género de eleições, com vencedor antecipado, e os críticos começam a murmurar que o Presidente tenciona perpetuar-se no poder, sob uma fachada democrática.

As assembleias de voto abrem às seis horas da manhã de hoje (hora local igual à de Lisboa) e funcionam até às 19h de amanhã, domingo. Há um eleitorado potencial de quatro milhões de habitantes, mas uma grande percentagem é muito capaz de nem ir às urnas.

Ontem, o chefe de Estado e líder da ZANU/PF andava ainda às voltas pela cidade de Harare (a antiga Salisbúria, capital do país), incitando as massas a votar. É que, já nas anteriores legislativas, as de 1990, não houve mais de 54 por cento dos cidadãos a dar-se ao trabalho de exercer esse dever cívico.

Para além da formação favorita, vão a escrutínio mais cinco partidos: a ZANU/Ndonga, do rev. Ndabaningi Sithole; o Partido do Fórum do Zimbabwe, do juiz Enoch Dumbutshena; o Partido Federal; o Partido do Congresso e... um grupo intitulado Aristocratas do Zimbabwe.

Outros cinco partidos decidiram boicotar as eleições, pois consideram que a lei eleitoral favorece ostensivamente quem está no poder, além de que a vida política no território não está a registar a devida transparência, nem apresenta hipóteses de alternância no poder.

Observadores políticos citados pela agência Reuter diziam ontem que o índice de afluência às urnas é que dirá agora se Robert Gabriel Mugabe ainda tem alguma credibilidade, ou se é já um homem em nítida quebra de popularidade, apesar da certeza de que o seu partido vai ganhar as eleições.

Para muita gente, triunfar quando só 40 ou 45 por cento dos cidadãos se dão ao trabalho de comparecer nas assembleias de voto não é propriamente uma vitória, mas antes quase que uma derrota. A verificar-se, isso significa o descrédito das instituições democráticas surgidas da conferência constitucional que, no ano de 1979, teve lugar em Londres, na Lancaster House.

O Presidente andou nos últimos dias a dizer que a ZANU é que conseguiu a unidade e a reconciliação de todo o povo do Zimbabwe, depois dos anos de isolamento de Ian Smith e da guerrilha que foi preciso travar contra a Frente Rodesiana (ver texto abaixo). Mas muitos jovens, aqueles que hoje em dia procuram o primeiro emprego, já não se lembram das vivências dos anos 60 e 70 e querem, sim, respostas claras para as suas dificuldades actuais.

Legitimidade histórica

O problema de muitos dirigentes africanos é que andam, há mais de uma dúzia de anos, a falar de legitimidade histórica, por terem combatido de armas na mão, ou de outra forma, pela conquista da independência. Mas a isso respondem os seus adversários que o importante não é só ser independente, mas também viver de uma forma digna, com uma casa, um emprego e ensino.

A fim de fazer esquecer que não conseguiu responder da melhor forma às expectativas da maioria da população, Mugabe acusa, muitas vezes, de racismo a comunidade branca do país, cerca de 200 mil cidadãos — na maioria de origem britânica — que ali continuam a viver, mesmo depois de esboroado o seu sonho de supremacia política.

No entanto, para além de procurar esconjurar esse fantasma real ou fictício, o Presidente não pode deixar de reconhecer, como ontem fez, que alguns "vestígios do passado" demoram o seu tempo a erradicar. E admitiu até que um certo racismo continua a haver sempre em toda a parte, inclusive nesse grande modelo de democracia que são os Estados Unidos.

A verdade mais nua e mais crua é que metade da população em idade activa não tem emprego e isso é que virá um dia a fazer o enterro histórico da ZANU/PF, se acaso Mugabe e o seu actual aliado Joshua Nkoma não forem capazes de ultrapassar tão magno problema. Aumentar o investimento, produzir muito mais e reduzir uma dívida externa de milhares de milhões de dólares são prioridades urgentes para as autoridades de Harare, se é que pretendem salvar a sua imagem. ■

Mandela não compreende o Inkatha

PÚBLICO, 10.4.95

O PRESIDENTE da África do Sul, Nelson Mandela, declarou ontem no Kuwait, onde se encontra de visita, não encontrar justificação para o facto de o partido Inkatha, do ministro do Interior, Mangosuthu Buthelezi, ter decidido suspender a sua participação na Assembleia Constituinte.

Entretanto, na própria Cidade do Cabo, capital legislativa do país, o ANC, de Mandela, movimento político dominante, pedia ao Inkatha que acabe com o boicote e que regresse aos trabalhos que visam elaborar a nova Constituição.

O grupo de Buthelezi suspendeu no sábado a sua participação na Assembleia, onde ocupa um décimo dos lugares, porque exige que o ANC e o Partido Nacional, de Frederik de Klerk, respeitem o acordo concluído antes das eleições de Abril do ano passado e que previa uma mediação internacional quanto ao estatuto especial do reino zulu e aos poderes das diferentes províncias sul-africanas.

O Inkatha pretende um Estado federal, com vasta autonomia para as províncias, enquanto o ANC prefere um poder central forte e chegou já a um certo modus vivendi com o rei dos zulus, que é sobrinho de Buthelezi.

Apesar de insistir na ideia de uma mediação a cargo de personalidades como o norte-americano Henry Kissinger e o britânico Lord Carrington, a direcção do Inkatha já aceitou uma proposta do vice-presidente De Klerk para que se constitua uma comissão de inquérito às divergências existentes e para que seja nomeada uma personalidade independente encarregada de esclarecer os termos do acordo quanto à mediação.

Enquanto isto, a tensão está a crescer na província do Kwazulu/Natal, onde já houve nos últimos dias actos de violência que causaram seis mortos, e verificaram-se também incidentes mortais na província de Orange. ■

CIÊNCIAS

Erupção da ilha do Fogo: a lava continua a progredir em Chã das Caldeiras

O avanço da muralha de pedra

PÚBLICO, 9.4.95

Dos nossos enviados Isabel Salema (texto) e Daniel Rocha (foto), na Ilha do Fogo

Um vulcão não é parecido com um vulcão para quem nunca viu nenhum. Mas também não se parece com um gigantesco fogo de artifício. A melhor descrição talvez seja a de um foguetão voltado ao contrário com os propulsores a funcionar ou uma simulação do princípio do mundo.

Populares observam, do alto de uma elevação, o mar de lava que se espalha pela Chã das Caldeiras

A lava do vulcão da ilha do Fogo atingiu ontem a parede de cerca de mil metros de altura que limita Chã das Caldeiras, o enorme hemiciclo, de nove quilómetros de diâmetro, onde desde a noite de domingo para segunda-feira a erupção arrasou a paisagem. A lava é uma verdadeira muralha castanha de pedra pastosa, da altura de três homens, que avança lentamente para oeste. Demorou quase sete dias a percorrer os quase cinco quilómetros que separam a abertura de onde jorra para chegar à parede do hemiciclo — a Bordeira —, mas cerca das 11h00 da manhã de ontem atingiu-a finalmente.

A mole de pedra, com a parte superior cinco metros acima do chão, avança em pequenos passos, de vez em quando uma parte desmorona-se, revelando o seu interior em brasa, à beira do qual se organiza um desfile absurdo de gente quase indiferente ao espectáculo incongruente da muralha móvel e fumegante. As pessoas estão ali, a quatro ou cinco metros da rocha que avança, tão perto que ficariam debaixo dela se o monte de lava se desmoronasse por completo. O calor é intenso, mas suportável, lembra uma lareira. De vez em quando, alguém se aproxima da muralha de lava e retira um bocadinho, uma lembrança. Dois rapazes passam, cada um com uma porta sobre a cabeça. Mais atrás, vem mais uma porta, seguida de um grupo que distribui entre si a cabeceira e o colchão de arame de uma cama de ferro e um leitão com as patas amarradas. São da Portela, a povoação que fica a norte da Chã, que desde as sete da manhã ficou isolada de Boca Fonte, porque o manto de lava cobriu a única estrada alternativa que sobrava a sul e que ainda unia a vila de Mosteiros ao centro de Chã das Caldeiras. Podia chegar-se aqui em carros todo-o-terreno, que atravessavam os campos de mandioca e vinha, mas a ligação à Portela era apenas conseguida a pé. Junto da Portela, no entanto, a muralha de lava parou. Rodeando a muralha, percebe-se que a lava poupou apenas a zona árida.

A erupção continua com grande intensidade. Fumos amarelos, brancos e negros cobrem o monte principal da Chã das Caldeiras, que se eleva 2829 metros acima do nível do mar e a que chamam "o vulcão", apesar de ter estado inactivo nas últimas erupções. É um pico que se eleva no meio da planície interior que a Chã das Caldeiras constitui. Na sua encosta, a sudeste, um cone assimétrico entra hoje no seu oitavo dia de actividade. Ainda ninguém se aproximou da abertura que está a expelir esta lava. Nem se sabe sequer se há apenas uma abertura ou mais. Ontem, as rochas pareciam ser ejectadas de dois pontos, mas pode trata-se de duas emissões que saem de uma mesma cratera. Esperar-se-ia que a lava escorresse para o mar, para leste, pela encosta mais inclinada que acabe no Atlântico, mas o mar de lava escolheu o caminho de oeste, em direcção à parede que circunda Chã das Caldeiras.

É difícil descrever um vulcão porque não é parecido com nenhum outro fenómeno natural ou artificial, nem sequer com a imagem que fazemos dele. É parecido com o jacto de um foguetão com o nariz enfiado na terra e não faz lembrar um gigante fogo de artifício. A força da erupção e das explosões provoca uma vibração constante que nos faz pensar que o cone esconde uma série de motores lá dentro. Algo que não é tão tão falso como parece.

O jacto do foguetão teria, no entanto, de ser representado por um pintor pontilhista. Porque as rochas fundidas que são ejectadas do interior da Terra, projectados pelas explosões, tornam a erupção, na maior parte do tempo, um conjunto de pontos do vermelho vivo ao negro. As rochas projectadas, os piroclastos, com uma dimensão que pode atingir alguns metros, são expelidos, às vezes, até aos 400 metros de distância, dando-lhes um aspecto de pássaros gigantes. As explosões que libertam os gases — dióxido e monóxido de carbono, vapor de água e, em menor quantidade, óxidos de enxofre e gases sulfídricos — deixam um cheiro característico a ovos podres. Depois, além das rochas e do vapor há o magma basáltico, que dá origem a esta lava viscosa, que corre do lado esquerdo deste cone com uma cratera assimétrica. A uma velocidade de dez metros por hora, este rio de pedra faz lembrar uma cascata. Não haveria nada de estranho se não fosse a sua cor vermelha esbranquiçada, que dá à erupção um ar de documentário sobre o princípio do mundo. Marte deve ser parecido. ■

Notícias Africanas

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. **Edição:** Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). **Apoio:** Fundação Ford. **Produção Gráfica:** Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): **Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 – CEP 20119-900, Rio de Janeiro – RJ – Brasil – Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. – Assinatura anual (em dólar comercial):** *Instituições internacionais:* US$ 250.00; *nacionais:* US$ 200.00; *Pesquisadores:* US$ 100.00. *WE ASK FOR EXCHANGE.*

IMPRESSO